



# ZERO

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2007 - ANO XXV, NÚMERO 4



## CRISE NA UNIVERSIDADE

Depois de mais de três meses, termina a paralisação dos servidores técnico-administrativos da UFSC. Enquanto isso, professores ainda discutem novas maneiras para votar o indicativo de greve. Alguns questionam: continua a existir sentido nessa forma de reivindicação? página 12

Atas do Hospital Universitário da UFSC não funcionam por falta de funcionários. Nas Universidades Federais de todo o País o que falta são professores. páginas 13 e 14  
Estudantes ocupam reitoria por 10 dias. O Diretório Central Estudantil está sem comando, mas quem se importa? páginas 14 e 15

# CIRCO LITERÁRIO EM PASSO FUNDO



Jornada Nacional de Literatura leva mais de 17 mil pessoas ao Rio Grande do Sul para apreciar livros e outras formas de arte

páginas 8 a 11

ZERO COMEMORA  
**25 ANOS DE PUBLICAÇÃO**

páginas 2 e 3

ENTREVISTA  
PÓSTUMA COM  
**JOEL SILVEIRA**

páginas 4 e 5

A NOVELA DA  
**TELEFONIA FIXA**  
BRASILEIRA

página 6

MEMÓRIA DE SANTA  
CATARINA JOGADA  
**ÀS TRAÇAS**

página 7

LUCAS NEUMANN



# ZERO

**JORNAL LABORATÓRIO ZERO**  
ANO XXV - Nº 4  
SETEMBRO 2007  
CURSO DE JORNALISMO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
CATARINA - UFSC  
FECHAMENTO: 19 DE SETEMBRO

**REDAÇÃO DO JORNAL**  
CURSO DE JORNALISMO  
UFSC - CCE - JOR  
Trindade - Florianópolis  
CEP 88040-900

**EDIÇÃO**  
Ana Carolina Dall'Agnol, Diego Ribas,  
Fernanda Rebelo, Ingrid Santos, Naiana  
Cantú, Paula Reverbel, Renan Dissenha,  
Tadeu Sposito, Tarsia Farias, Vera Flesch

**ILUSTRAÇÃO**  
Lucas Neumann

**EDITORAÇÃO**  
Diego Ribas, Paula Reverbel, Renan  
Dissenha, Tiago Santaella

**FOTOGRAFIA**  
Agência Ensaio Fotojornalismo, Diego  
Ribas, Fernanda Rebelo, Janaina  
Cavalli, Lucas Sampaio, Luiza Ferreira,  
Nanni Rios, Vera Flesch

**REPORTAGEM**  
Ana Paula Flores, André Faust,  
Amanda Busato, Diego Ribas, Diogo  
Honorato, Elaine Manini, Fernanda  
Rebelo, Jéssica Lipinski, Lucas  
Sampaio, Luiza Ferreira, Manfred  
Mattos, Nanni Rios, Paula Reverbel,  
Rafaela Biff Cêra, Sabrina Carozzi,  
Tadeu Sposito, Vera Flesch

**AGRADECIMENTO**  
Agência Ensaio Fotojornalismo,  
Janaina Cavalli, Mauro César Silveira,  
Ricardo Barreto

**PROFESSOR COORDENADOR**  
Lucio Baggio

**MONITORIA**  
Lucas Neumann

**INFORMAÇÕES**  
IMPRESSÃO: Diário Catarinense  
CIRCULAÇÃO: Nacional  
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita  
TIRAGEM: 5.000 exemplares

**TELEFONES**  
+55 (48) 3721.6599  
3721.9490  
3721.3215  
FAX: 3721.9490

**NA INTERNET**  
SITE: www.zero.ufsc.br  
CIRCULAÇÃO: zero@cce.ufsc.br

★★★★★★  
Melhor Peça Gráfica  
I, II, III, IV e XI  
Set Universitário / PUC-RS  
1988, 89, 90, 91, 92 e 98

★  
3º melhor  
Jornal-laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994

★  
Melhor Jornal-laboratório  
I Prêmio Foca  
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000

# Jornal laboratório ZERO completa bodas de prata

História do periódico é marcada pela abordagem polêmica e opinativa que sempre teve espaço em suas páginas

Em 25 anos de história, ZERO firmou-se como referência para grande parte dos jornais laboratórios produzidos no Brasil, tendo acumulado diversos prêmios ao longo de sua trajetória na história da imprensa universitária do país.

Nos primeiros anos, a publicação não tinha periodicidade definida, e como dependia de trabalho quase que exclusivamente manual, raramente ultrapassava uma edição por semestre. "Na época em que cheguei para trabalhar no curso tinham cinco edições", diz Ricardo Barreto, professor do curso de Jornalismo e ex-supervisor do ZERO. "Nós resolvemos que queríamos levantar o jornal, fazer com que fosse referência em termos de jornal laboratório". Já no início, ZERO tinha uma tiragem relativamente elevada: 3 mil exemplares, distribuídos para diversas escolas de Jornalismo de todo o país e para vários veículos de imprensa, de circulação regional ou nacional. Na época, o periódico era impresso em Brusque, pois Florianópolis não tinha um grande número de gráficas. O logotipo do jornal surgiu em 1985, criado por Ricardo Barreto, e ainda hoje é o mesmo.

Wendel Martins, ex-aluno do curso e ex-monitor do ZERO, afirma que participar do jornal foi uma das melhores experiências que teve ao longo do curso. "Foi uma experiência bacana, talvez a melhor que tive durante a universidade. Além das tarefas cotidianas de reportagem, redação, diagramação e edição, o ZERO ensinou muito sobre espírito de equipe e liderança. O jornal laboratório ZERO é essencial para colocar em prática técnicas aprendidas nas aulas de redação e também serve como estímulo a reflexão dos assuntos que permeiam a universidade, educação, cidade, país e mundo".

Para a ex-aluna e coordenadora do curso, Maria José Baldessar, o jornal sempre teve a preocupação de se diferenciar de outros produtos lançados no mercado. "Outro dia estava conversando com uma aluna sobre as pautas do ZERO 1 e dos atuais. São super parecidas, mostram que não queremos fazer igual ao que o mercado faz ou ignora. Nesse sentido, acho o jornal muito bom. Embora ache que é preciso responsabilidade no fazer do jornal laboratório: checar e checar, escrever bem, aceitar palpites de edição, etc", reflete. O professor Barreto completa: "Pela independência editorial que a gente consegue ter aqui - nunca houve interferência nem de reitor nem de chefe de departamento dentro do jornal - é claro que a gente pode atacar temáticas que mesmo a grande imprensa não tinha condições ou não queria peitar".

A maior liberdade do jornal em relação à abordagem dos temas tinha um preço, é claro. Em algumas ocasiões, o ZERO recebia críticas pelas denúncias e pelo tratamento que dava a suas matérias. "Quando entrei na faculdade, quem comandava o jornal era Henrique Finco. Na sua gestão ele editou uma matéria sobre o aluguel da Receita Federal, escrita por um ex-monitor do ZERO, Alexandre Brandão e que rendeu processo ao professor", relembra Wendel. Finco, no entanto, foi inocentado. "Se comprovou que o jornal estava certo", garante Barreto.

Apesar de considerar ZERO um bom jornal, Barreto afirma que ainda há muito a acrescentar. "É um jornal maduro, mas evidentemente que há erros, sempre se pode melhorar", explica. "O fato de ser uma disciplina obrigatória é bom porque há mais alunos trabalhando, mas é claro que alguns trabalham com menos vontade do que outros".

De acordo com Maria José, o jornal é muito importante para a formação acadêmica dos alunos do curso. "No meu tempo o ZERO era obrigatório. Hoje acho importante ele voltar a ser obrigatório: o aluno precisa dessa experiência coletiva de fazer, de decidir. Mas acho que a pulverização de produção em várias mídias torna a coisa enfadonha. Então, é importante as disciplinas de práticas profissionais serem obrigatórias. Não gosta de rádio: paciência; não gosta de Internet: paciência... Participar dessas experiências e se desafiar a fazer melhor é o que nos faz melhores". A coordenadora do curso afirma que considera muito importante o desafio de fazer o jornal laboratório, pois a experiência de enfrentar o "não-saber-fazer" é muito marcante. "Na minha época tudo parecia difícil: nós, alunos de Jornalismo, não tínhamos o acesso que os alunos de hoje têm às fontes. Éramos a segunda turma do Jornalismo, ninguém confiava ou recebia a gente com alegria".

Wendel considera que a transformação da disciplina de optativa para obrigatória, em 2006, foi muito positiva para a produção do jornal. "Mais gente veio para trabalhar no laboratório. Durante os anos 80, o ZERO era o único ou o mais bem estruturado laboratório do curso e isso fazia com que os alunos tivessem interesse em participar de cada edição. Com o fortalecimento dos laboratórios de rádio e TV, em função da digitalização de sistemas, avanço e barateamento das tecnologias, bem como o surgimento do Unaberta (extinto site de notícias produzido pelo curso), o ZERO passou a se tornar, em meados de 2000, um laboratório de que poucos participavam. Em diversas

**"É a primeira oportunidade do aluno de publicar uma matéria, de ter contato com a fonte, com a realidade da profissão"**

Ricardo Barreto

oportunidades, o professor Ricardo Barreto recorria a alunos que não cursavam mais a disciplina para poder fechar o jornal. Lembrou-me bem de uma vaga para monitor do ZERO que não foi preenchida por alguns meses, enquanto no laboratório de TV tinham 30 candidatos para bolsista."

Barreto também afirma achar importante que a disciplina seja obrigatória. "É a primeira oportunidade do aluno de publicar uma matéria, de ter contato com a fonte, com a realidade da profissão. Eu achava um absurdo em uma escola de Jornalismo não ter que se fazer obrigatoriamente a atividade de jornal laboratório. O próprio currículo do Ministério da Educação preconiza que o jornal laboratório seja obrigatório nos cursos de Jornalismo. Na última avaliação do MEC, nosso curso até perdeu pontos porque o jornal laboratório não era obrigatório".

"O ZERO já apresentou materiais memoráveis", orgulha-se Barreto. Entre as entrevistas, o professor cita algumas como: Clóvis Rossi, Fernando Moraes, Eduardo Galeano, Caco Barcellos, Bernardo Kusinski, José Hamilton Ribeiro, e reportagens sobre a Operação Moeda Verde, Apartheid, Aids, Guerra no Iraque e outras, além das edições temáticas.

O jornal laboratório coleciona alguns prêmios: os de Melhor Peça Gráfica do Set Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998; o de 3º Melhor Jornal Laboratório do Brasil, da Expo-com 94 e o de Melhor Jornal Laboratório do 1º Prêmio Foca do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina de 2000. Hoje, a tiragem do ZERO é de 5 mil exemplares, "mais que de alguns jornais profissionais, e maior que da maioria dos jornais laboratórios", diz Barreto. Ele conclui: "O ZERO deve ser visto como privilégio, não como obrigação".

Por Jéssica Lipinski

# ZERO 1 já investia em jornalismo crítico

Depois de mais de duas décadas o jornal continua a se dedicar aos temas pouco abordados pela grande mídia

Em setembro de 1982, estudantes de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentavam à comunidade o primeiro jornal laboratório impresso da história do curso. O ZERO número 1 foi redigido e editado pelos alunos da sexta fase em disciplina obrigatória.

Cada turma deveria produzir, na época, uma edição. No semestre anterior, a equipe da qual participou a atual professora do departamento de Cinema, Aglair Bernardo, havia elaborado um jornal laboratório, mas não conseguiu imprimi-lo. "Aquele foi o ZERO, que não saiu", diz Maria José Baldessar. Hoje professora do curso de Jornalismo, Maria José era estudante e fez parte da equipe de redatores do ZERO 1, junto com o professor de Fotojornalismo Ivan Giacomelli, que fez as fotografias para a edição. Sérgio Murillo de Andrade, atual presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e fundador da Cooperativa dos Jornalistas Catarinenses, também participou no primeiro número do jornal. Os professores Ayrton Kanitz, Daniel Herz, Eduardo Meditsch e Luiz Lanzetta eram responsáveis pelo texto no projeto, enquanto Cesar Valente e José Gatti cuidavam da área gráfica.

Diante de várias de sugestões para o nome do jornal, alguém falou que "todo primeiro número de um jornal é o ZERO". O nome pegou, explica Maria José: "Como cada edição do Jornal Laboratório será um novo experimento, teremos o ZERO 1, o ZERO 2, e assim sucessivamente, enquanto o nosso trabalho perdurar", contaram alunos e professores no editorial.

O ZERO nasceu crítico e opinativo, abordando temas polêmicos e fazendo denúncias, no final da ditadura militar. Sendo um complemento das aulas, sua característica principal era o exercício da crítica que, como anunciava o editorial, "foi fundamental para a prática de um jornalismo comprometido com a comunidade catarinense e brasileira. Como deveria ser, é claro, o propósito de qualquer jornal".

No primeiro número, Sérgio Murillo de Andrade redigiu a reportagem-denúncia intitulada *Milhões para aparecer*, inserida na página oito, na qual criticava o governo do estado por estar promovendo concursos nacionais de literatura com a justificativa de divulgar a "identidade catarinense" e usando indevidamente a máquina administrativa para promover o partido do governador com a distribuição de milhões de cruzeiros para

a publicidade inserida nas grandes revistas e jornais do país. "Paulo Maluf morreria de inveja de nossos administradores", escreveu o futuro presidente da FENAJ.

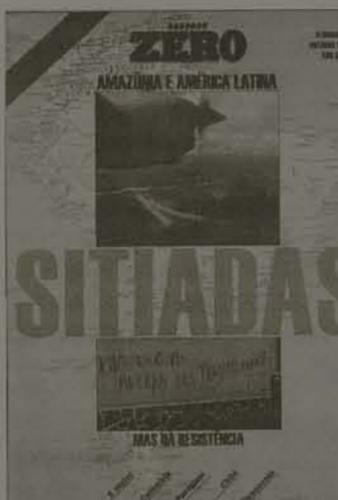
Naquele ano, os brasileiros mais jovens se preparavam para exercer pela primeira vez o voto e escolher seus governadores, que desde a década de 60 eram nomeados pelo regime militar. A equipe do ZERO promoveu uma eleição simulada, nas dependências do Restaurante Universitário. A reportagem de capa aponta que a maioria dos 2.535 estudantes, professores e funcionários votantes optou por candidatos que naquela época estavam na oposição: Jaison Barreto foi o escolhido dos catarinenses e José Richa dos paranaenses, ambos do PMDB. No entanto foi Esperidião Amin (PDS), que venceu a eleição verdadeira, em 15 de novembro.

Os alunos também produziram um suplemento para a Associação Brasileira de Enfermagem, ABEN-SC, em forma de encarte de quatro páginas. Sua linha editorial foi amplamente discutida e planejada com a diretoria da entidade. "Juntaram a disciplina de Edição com a de Comunicação Institucional", comenta Maria José, "muito antes dessa disciplina aparecer no currículo". Ela lembra que o presidente da ABEN era Jorge Lorenzetti - churrasqueiro do presidente Lula, envolvido no escândalo da compra de dossiê contra José Serra (PSDB), em outubro do ano passado.

"Naquele época, era muito difícil fazer reportagens, porque as pessoas não estavam acostumadas a falar com estudantes de jornalismo", diz a professora. "O professor Lanzetta nos fez escrever e reescrever nossa matéria oito vezes, até ela estar redondinha. Volta lá e entrevista de novo, dizia ele". Para dificultar a tarefa, os alunos dispensaram a impressão em off-set e se deslocaram a Brusque, onde foram apreender tudo sobre a impressão "a quente". Ela esclarece que a turma escolheu a gráfica da Editora Mendes Ltda., a última do estado a usar a linotipia, pelo grau de dificuldade e pelo desafio de produzir um jornal com a tecnologia antiga. Na gráfica, os alunos verificaram que a velha mas incansável impressora Schnellpressenfabrik Frankenthal Albert, "um misto de trilhadeira e locomotiva", era apelidada carinhosamente de Tesouro, pelos funcionários. Impecavelmente limpa e bem cuidada, ela havia impresso até livros nazistas quando pertencera a uma empresa alemã, em Porto Alegre.

Os 3 mil exemplares da primeira edição do ZERO foram distribuídos apenas internamente. Com tiragem de 5 mil exemplares o jornal laboratório mantém até hoje o compromisso com a liberdade de expressão e postura crítica - com toques de humor: "Seus repórteres cobrem de uma maneira mais ampla os assuntos tratados pela mídia, além de se dedicarem a temas aos quais a mídia tradicional não dá espaço, por envolver interesses econômicos e políticos. O ZERO é uma das poucas e únicas experiências em que os estudantes de jornalismo podem ter um produto desvinculado de qualquer interesse", afirma o professor Lucio Baggio, atual coordenador da equipe.

Por Vera Flesch



EDIÇÕES DOS ZEROS DE DEZEMBRO DE 1987, JANEIRO DE 1990, MARÇO E SETEMBRO DE 1992, OUTUBRO DE 1999, ABRIL DE 2003, JUNHO E OUTUBRO DE 2006



COORDENADORA DO CURSO MARIA JOSÉ BALDESSAR FEZ PARTE DA EDIÇÃO DO 1º ZERO

# Morre o último dos grandes dinossauros

“Há cinquenta e cinco milhões de anos um asteróide chocou-se com a Terra e matou todos os dinossauros. Todos, não. Eu escapei.”

Cinco jornalistas brasileiros foram correspondentes na Segunda Guerra Mundial. Joel Silveira era um deles. Do alojamento ao front, os repórteres atravessavam diariamente, de jipe, a Ponte della Venturina — alvo de bombardeios alemães. Adão, o motorista, mandava que todos ficassem abaixados, soltava o grito “Deus é grande!” e acelerava. Frequentemente ouviam-se explosões na travessia. Joel fez a cobertura com muito medo (e muito frio, no inverno dos Apeninos italianos).

A guerra foi apenas um dos acontecimentos históricos que Joel Silveira presenciou. Ele viu golpes de estado no Brasil, Bolívia e Nicarágua; entrevistou os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; viajou à Espanha para contar como viviam os bascos. Um currículo invejável, construído em mais de 60 anos de jornalismo.

Os fatos relatados nas reportagens de Joel Silveira impressionam. Em grande parte graças à competência do autor, que contava histórias como ninguém. Dominava a técnica narrativa, sabia quando entregar detalhes, colocava-se muito bem como narrador participante, reproduzia a maneira de falar de seus entrevistados. Obteve como resultado textos que envolvem o leitor, prendem a atenção do começo ao fim.

Não por acaso trabalhou em publicações de grande importância na história da imprensa brasileira. Passou pelas revistas O Cruzeiro, Manchete e Diretrizes e pelos jornais Última Hora e O Estado de São Paulo. Teve como patrões Adolfo Bloch, Samuel Wainer e Assis Chateaubriand. O dono dos Diários Associados, “Doutor Assis”, foi quem deu a Joel o apelido de “víbora”.

Sergipano da cidade de Lagarto, Joel nasceu em 1918 e aos 14 anos já trabalhava em jornal. Em 1937 mudou-se para o Rio de Janeiro, então Capital do país, onde firmou-se na imprensa nacional. De copydesk a editor, fez de tudo dentro de uma redação mas, apaixonado pela reportagem, gostava mesmo de estar na rua acompanhando de perto os acontecimentos.

Em 15 de agosto deste ano, Joel Silveira morreu em seu apartamento em Copacabana. Com 88 anos, tinha dificuldade para andar e enxergava muito pouco — o que o impedia de ler os mais de 18 mil livros de sua biblioteca. Em homenagem ao jornalista, ZERO publica esta entrevista, realizada em novembro do ano passado.

Na época o repórter do ZERO Tadeu Sposito fazia um trabalho sobre o livro *A feijoada que derrubou o governo* e conversou com Joel por telefone por quase 40 minutos. Ele estava muito lúcido, bem-humorado e bem informado — acompanhava diariamente os noticiários televisivos. Joel Silveira mostrou-se um daqueles entrevistados com quem todo repórter sonha: tinha respostas interessantes e consistentes para qualquer pergunta. Foi também muito solícito quando recebeu a ligação do repórter: “Estou às suas ordens, comandante”.

## Zero: Quais são as características que deve ter um bom repórter?

Joel Silveira: Essa pergunta eu fiz na Itália a um senhor chamado Herbert Matthews, que depois da guerra foi diretor do The New York Times. Ele tinha um certo carinho por mim, eu era o correspondente mais jovem, tinha 27 anos e como ele falava muito bem espanhol, sempre o procurava para conversar. Um dia fiz essa pergunta que você me faz agora e ele disse: ‘Silveira, são três [características]: persistência, paciência e sorte. Aí eu respondi: ‘bem, mas tendo sorte não precisa ter as outras duas, né?’, e ele concordou. E é isso que lhe respondo agora.

## Z: E o senhor acha que teve sorte na carreira?

JS: Ah, sempre tive, não tem dúvida. Tive alguns percalços, né? Todo repórter gosta muito de contar seus sucessos, eu prefiro contar meus fracassos, compreendeu? Não foram muitos, mas foram terríveis. Como por exemplo o encontro que eu devia ter tido com o [Ernest] Hemingway e não aconteceu por falta minha. A história foi a seguinte: eu estava em Paris com Samuel Wainer, diretor do Última Hora, e ele me disse: “Joel, sabe quem está aqui? O Hemingway. Todo dia, às nove da manhã, vai pra um bistrozinho na Rive Gauche e fica até às 11. Então você vai lá entrevistá-lo.” Eu já sabia disso, mas estava em Paris pra descansar, compreendeu? Tive que ir e cheguei antes, às 8 horas.

Comecei a beber conhaque Mastel — me lembro até do conhaque — e às nove em ponto ele chegou. Só a aparência do Hemingway me deixou profundamente chocado, aterrizado. Era um homem imenso, tinha quase dois metros de altura. Eu bebia e me perguntava: “o que é que vou perguntar pra esse homem, um escritor internacional que nem sabe que existe o Brasil?”. Lá pelas 10 e meia lembrei que ele gostava de safári, ia perguntar se ele gostaria de fazer um na Amazônia, essa coisa toda. Tomei mais uma talagada de conhaque e fui ao banheiro. Quando voltei ele já tinha ido embora, foi um negócio terrível. Voltei pro hotel e cheguei lá dizendo: “Samuel, você é o mais desinformado do mundo. O Hemingway já foi embora, já tá na Espanha.” E ele acreditou.

## Z: Em qual veículo foi mais prazeroso trabalhar?

JS: Foram os Associados, por causa da guerra. Aí você alcançou o ponto máximo do jornalismo. E eu jamais poderia imaginar que iria para guerra, eu estava nos Associados fazia apenas um mês e havia três candidatos para ir para a guerra, que eram



JOEL SILVEIRA GANHOU O APELIDO “A VÍBORA” DE ASSIS CHATEAUBRIAND POR CONTA DE SEU ESTILO DE TEXTO IMPACTANTE

“Todo repórter gosta muito de contar seus sucessos, eu prefiro contar meus fracassos. Não foram muitos, mas foram terríveis”

Carlos Lacerda, David Nasser e Edmar Morel. Eu tinha ido para lá porque Diretrizes, a revista em que trabalhava, tinha fechado. E como eu era muito amigo do Virgílio, o Virgílio de Melo Franco — que era amigo do Chateaubriand —, fui a ele e disse: “Doutor Virgílio, tô desempregado, o senhor não tem qualquer coisa pra mim?”

Ele respondeu que tinha, então desceu, me empurrou no carro e falou para o chofer: “Sacadura Cabral”. Quando ele disse Sacadura Cabral eu soube que eram os Associados. Chegando lá fomos para o quarto andar, onde o Chateaubriand tinha o gabinete, ele abriu a porta, me empurrou nos ombros e disse: “Assis, aí está a víbora que você queria”.

O Chateaubriand tinha lido uma reportagem minha, chamada Os grã-finos de São Paulo, e tinha gostado muito. Sempre que encontrava com Virgílio dizia: “Virgílio, me traga essa víbora”. Quando cheguei lá ele falou: “Senhor Silveira, o senhor vai trabalhar comigo, senhor Silveira! Passe lá no segundo andar e converse com o Carlos [Lacerda]. E o senhor vai ganhar...”. Quando ele me disse o ordenado fiquei pálido, era imenso para a época, cinco vezes mais do que ganhava em Diretrizes.

Então desci e falei com o Carlos. Ele queria ir para a guerra e procurou me afastar — depois deduzi isso —, me mandando fazer reportagem no Brasil inteiro, a começar pelo Acre. Eu tinha deixado com ele umas reportagens, inclusive uma sobre o Clube das Vitória Régias, que era um grupo de senhoras quarentonas, adiposas, todas integralistas, que se reuniam semanalmente para cantar, recitar... uma levava bolinho, outra flores... E uma dessas vitórias régias, sem eu saber, era a Rosalina Coelho Lisboa

Larraigotti, mulher do dono da SulAmérica Seguros, de quem o Chateaubriand era amigo íntimo.

Quando voltei da viagem o Lacerda disse: "O homem tá uma fera por causa da reportagem da Vitória-Régia. O homem tá uma fera e quer falar com você". Quando eu cheguei veio o Chateaubriand: "Seu Silveira, o senhor é um homem terrível! O senhor não sabe o que acabou de fazer! Dona Rosalina é uma dama, senhor Silveira, uma dama!". Falei: "Doutor Assis, se eu soubesse que Dona Rosalina é sua amiga, o senhor acha que ia cair na asneira de publicar essa reportagem? O senhor tem me tratado bem, tem me pago bem, só por burrice ou ignomínia faria isso. Caberia ao Lacerda, que conhece as suas amizades, sustar a reportagem. Vamos fazer assim: eu lhe aperto a mão, peço desculpas, vou embora e espero que sejamos amigos".

Então o Chateaubriand respondeu: "Isso é o que o senhor pensa, senhor Silveira. O senhor não vai embora assim, não, vai receber um corretivo! Senta aí, seu Silveira, o senhor vai para a guerra, vai matar alemão, seu Silveira! E vou lhe pedir um favor: o senhor não me morra, se o senhor morrer lhe demito na hora!"

**Z: A guerra é a situação mais difícil para um repórter?**

JS: Evidente, a guerra é uma coisa que marca muito. Eu costumo dizer que fui para a guerra com 26 anos, passei lá 11 meses e voltei com 40. A guerra amadurece muito, aqui no Brasil eu só conhecia o lado bom do ser humano, na guerra vi o outro lado, o lado perverso, a destruição, a fome e a miséria, compreendeu? Eu perdi a inocência na guerra.

**Z: Foi o melhor momento de sua carreira?**

JS: Não tem dúvida. Eu acho, e não sou só eu, que o correspondente de guerra é o ponto alto do jornalismo, porque é o instante em que está se decidindo a sorte da humanidade. Principalmente essa guerra, que foi a última guerra justa. Toda guerra é injusta, mas essa contra Hitler foi justa. O mundo não podia permitir que essa perversão nazista continuasse, de maneira que todo mundo lutava e via a guerra com grande entusiasmo, sabendo que o Terceiro Reich, que era para durar mil anos e demorou 15, estava desmoronando. Com medo, evidente, porque quem disser que não tem medo em uma guerra é um fanfarrão. Na guerra a gente tem medo e frio, principalmente no inverno dos Apeninos com 20 graus abaixo de zero, para quem saiu do Rio de Janeiro com 40 acima...

Mas a gente se adapta fácil, porque a verdade é que a notícia é uma coisa milagrosa, uma coisa fantástica. A notícia compensa tudo, você sabendo que está presenciando um fato histórico que vai ser lembrado por séculos e séculos e está transmitindo para o seu público tudo o que está vendo tem uma compensação fantástica. Você sente que sua vida teve um sentido.

**Z: O senhor disse, em entrevista à Revista IstoÉ, que o Brasil é uma farsa.**

JS: O Brasil é o país do futuro, do Stefan Zweig, mas o diabo desse futuro nunca chega, né? A divisão de dinheiro no Brasil é um negócio terrível, 20% da população é dona do Brasil, 80% vive na classe média-baixa ou então na miséria. É terrível a injustiça social, por isso que digo que é uma farsa. Temos um Presidente da República que não governa com a Constituição, governa através das Medidas Provisórias. Toda vez que não consegue aprovação no Congresso ele edita uma Medida Provisória, e até que ela vá para o Congresso e seja vetada, o presidente já fez o que queria.

**Z: Há algum presidente, e o senhor acompanhou de perto vários deles, que considera ter feito um bom governo?**

JS: Apesar de eu não gostar de Getúlio como ditador, acho que foi um estadista. Antes do Getúlio, o trabalhador não tinha nenhuma garantia, não tinha carteira, assistência social, salário mínimo... Por outro lado, até Getúlio, o Brasil era somente agrícola. Ele transacionou, fez uma barganha com o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, durante a guerra. O Roosevelt precisava daquelas bases do Nordeste, Pernambuco, Rio Grande do Norte, para os aviões decolarem. Então Getúlio pediu uma siderúrgica. Ele tinha visão de estadista.



O JORNALISTA E ESCRITOR COMEÇOU A TRABALHAR NA IMPRENSA AOS 18 ANOS, POUCOS MESES ANTES DO GOLPE DE 1937

**“Evidentemente a guerra é uma coisa que marca muito. Eu costumo dizer que fui para a guerra com 26 anos, passei lá 11 meses, e voltei com 40. (...) Eu perdi a inocência na guerra”**

Outro que teve uma grande importância no Brasil foi Juscelino, com quem eu me dava muito bem, era amigo dele desde que era governador de Minas. Ele fez Brasília, que hoje tem 1 milhão e 200 mil habitantes. E além de Brasília fez a Brasília-Belém, a estrada que descobriu aquele miolo do Brasil que era deserto, não havia nada. Hoje há cidades com mais de 200, 300 mil habitantes à margem dessa estrada. Quer dizer, ele povoou o Brasil, não tem dúvida.

**Z: No encontro que o senhor teve com Getúlio ele o tratou como doutor...**

JS: É, ele começou muito ameno, me chamando de doutor. Eu disse, "presidente, mas eu não sou doutor, estudei só até o segundo ano de Direito". E ele: "não, doutor Silveira, o senhor é doutor. Como me diziam meus professores, os padres Dominicanos de São Leopoldo, doutor é quem é douto em alguma coisa, e o senhor é douto em jornalismo". O velho era terrível, né?

No fundo eu queria uma entrevista, mas ele estava certo de que eu queria emprego — e ele ia me dar. Mas quando eu apresentei a ele um questionário, ele se transmutou, se transformou. Ficou frio, os olhos fuzilantes, puxou a cadeira, cadeira pesadíssima de presidente, me jogou o papel e disse: "o senhor trate com o doutor Luis Mauro". Me deu as costas e foi embora, nem me estendeu a mão. Foi a primeira e última vez que vi Getúlio, dois meses antes de ele morrer.

**Z: Como o senhor avalia o jornalismo atual?**

JS: Ah, eu acho que houve grande progresso no jornal do Brasil. Hoje os jornais brasileiros podem se equiparar aos grandes jornais do mundo. Houve uma remodelação total no ponto de vista gráfico — hoje os jornais são muito bem diagramados — e no ponto de vista de notícias. Antigamente o jornal brasileiro só dava notícia [internacional] sob o ponto de vista das agências internacionais, praticamente as americanas. Hoje não, os grandes jornais têm seus correspondentes no mundo inteiro, a Globo tem correspondente até na China. De maneira que dão a notícia na versão brasileira, como é que o Brasil vê essa notícia, como ela afeta o Brasil. E isso eu acho da maior importância.

Por Tadeu Sposito

**Diário da víbora**

Eu deixara os Diários Associados e ainda não arranjava emprego novo. Fazia um biscate aqui, outro acolá, ia vivendo — até que me apareceu pela frente um senhor bem-falante que se dizia empresário de vários negócios, mas cujo sonho, há muito acalentado, era ser dono de um jornal. Eu podia me encarregar da coisa? Insolvente como me encontrava, não pensei mais que um segundo:

— "Topo!"

O cavalheiro alugou um conjunto de quatro salas na rua México, mobilizou-as, comprou meia dúzia de máquinas de escrever, disse-me que eu tinha carta branca: que escolhesse para essa empreitada quem eu achasse melhor.

De jornal não entendo nada. Mas preciso de um para defender certas idéias.

E acrescentou:

Só imponho uma condição: você não pode falar mal de Fulano, Sicrano e Beltrano, gente boa e meus amigos! (Na verdade, eram três notários sicofantas, manjadíssimos na praça) E tem mais: o pessoal a ser recrutado não pode ser muito grande, somente o essencial, que por enquanto o dinheiro não dá mais.

O jornal saiu uns vinte dias depois, chamava-se Folha do Rio, não mais que oito páginas.

Então aconteceu o que eu não esperava: antes de completar um mês, o jornal teve de fazer a cobertura de um enorme incêndio que estava acontecendo na Cinelândia, na área dos cinemas. Fizemos o possível. Mas houve um instante em que faltou repórter, faltou fotógrafo, faltou tudo. E o fogaréu ali bem perto, cada vez mais aceso.

Hora de fechar o jornal, antes do meio dia (era vespertino, tinha de estar na banca às duas), eu só tinha nas mãos duas fotos tiradas ainda no início do desastre e mais umas duas laudas escritas apressadamente por um repórter free-lancer.

Que fazer?

Frustrado até a medula, não vacilei. Dei uma copidescada na matéria, escolhi a foto menos ruim, arrumei tudo na primeira página. E, no pé da matéria, na segunda página escrevi: "Esta reportagem continua no O Globo".

Se fui demitido? Perguntinha boba... Demitidíssimo. E por justa causa. Justíssima.

(Publicado originalmente na revista pernambucana *Continente Multicultural*)

# Brasil Telecom confunde usuários de telefonia fixa

Campeã de atendimentos no Procon SC, operadora não se preocupa em deixar claro o funcionamento do sistema de cobranças

A tarefa parecia fácil: ligar para a Brasil Telecom e descobrir quanto custa o minuto das ligações locais e em qual plano está a minha conta. O objetivo era usar apenas os telefones que estão à disposição dos usuários, o 103 14 e o 0800 41 1414. Mas quem já ligou alguma vez para qualquer serviço de atendimento ao consumidor deve ter, no mínimo, dado uma gargalhada por tamanha inocência de minha parte ao achar que poderia ser uma missão simples.

## Primeiro Capítulo: Brasil Telecom

Às 21h44 de um domingo começava a primeira de três ligações para a Brasil Telecom. Seria preciso discar um total de 10 números (os dígitos do 103 14 mais as opções a serem escolhidas) e esperar cinco minutos, escutando jingles e musiquinhas de elevador, até conseguir falar com Fernando, um atendente de voz mal-humorada. Após conferir dados e colocar mais jingles, Fernando afirma que meu telefone está no Plano Básico com direito a 400 minutos por R\$39,69. Tenho direito também a 200 minutos numa franquia adicional que adquiri por R\$ 6,83. Pagaria R\$46,52 pela minha conta.

Quando pergunto quanto custa o minuto ele responde: "é só dividir R\$ 46 pela quantidade de minutos, senhora". Mas quanto dá essa conta? Ele responde: "é só dividir, senhora". Insisto e pergunto se ele não pode fazer a operação. "Só um momento, senhora", dá um suspiro fundo e mais musiquinhas. Volta com os preços: R\$ 0,10 pelos minutos falados dentro da franquia e R\$ 0,19 pelos minutos excedentes.

Pergunto o motivo da diferença e porque os excedentes são mais caros. Fernando não consegue dar uma explicação racional, talvez por que não exista tal explicação. Apenas diz que não vou passar da franquia, pois tenho muitos minutos para falar. Então, tudo bem.

(Depois fiz as contas na minha calculadora e não cheguei a nenhum desses valores. Dividindo R\$ 46,52 por 400 minutos da minha franquia inicial o minuto sairia por R\$ 0,1163 e dividindo R\$ 46,52 por 600 minutos da franquia total, o resultado dá R\$ 0,0775).

Sobre a cobrança nos horários reduzidos, Fernando diz que devo ligar para o 0800 da empresa. "Posso ajudar em mais alguma coisa, senhora?". Não, obrigada. "A Brasil Telecom agradece sua ligação".

Próxima tentativa, o 0800 411414. Às 22h começa tudo outra vez: "Bem vindo a Brasil Telecom. Agora usando o 14 você liga para qualquer lugar do Brasil e do mundo". Mais uma lista de opções. Às 22h06, Luana atende com uma voz mais animadinha que a de Fernando.

Ela diz que tenho o Plano Básico de 200 minutos por R\$ 39,17, e que comprei uma franquia adicional de 600 minutos por R\$ 20,74, o que eleva minha conta para R\$ 59,91. O preço do minuto agora é R\$ 0,19 na franquia e R\$ 0,10 pelos excedentes. Luana também afirma que os primeiros 30 segundos são gratuitos e a partir daí, a cobrança é feita a cada 6 segundos a 10% do valor do minuto. Nossa ligação acaba às 22h20. (De acordo com a Anatel e com o site da própria Brasil Telecom, os primeiros 30 segundos não são gratuitos. Os consumidores pagam, no mínimo, o equivalente a 30 segundos de conversação, mesmo que fale menos que isso).

Volto a ligar para o 103 14 na esperança de resolver o problema. O atendente da vez não se apresenta. Quarenta minutos no telefone e quase sem paciência escuto um terceiro tipo de plano para meu telefone. Segundo o atendente anônimo, tenho o Plano Básico com 200 minutos por R\$ 39,69 e uma franquia adicional de 200 minutos por R\$ 6,83. O valor do minuto é igual ao de Fernando: R\$ 0,10 dentro da franquia e R\$ 0,19 pelos minutos excedentes. Desisto.

Mais confusa que antes, ligo para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), para

200 minutos, R\$ 0,03415. Fora das franquias o valor é de R\$ 0,03878. Confuso? Com certeza.

Diferentemente do que foi informado na central de atendimento, o modo de cobrança é o usado no modelo do Pasoo (Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória). Em horário normal, é cobrada uma taxa de completamento da ligação equivalente a quatro minutos, que segundo o atendimento on-line da Brasil Telecom é de R\$ 0,15512. Depois a cobrança é feita a cada seis segundos por 10% do valor do minuto. Nos horários reduzidos (de segunda a sexta-feira, de 0h - 6h, aos sábados das 14h - 0h, aos domingos e feriados o dia todo), só a taxa de completamento é cobrada.

## Segundo Capítulo: "O Herói"

Educado e bem-humorado, Sidinei Parisoto, diretor do Procon (Órgão de Defesa do Consumidor) Estadual, perde a calma quando o assunto é Brasil Telecom. "Imagine uma daquelas redomas de vidro, gigantes e inacessíveis no estilo 'filme de ficção científica'. A Brasil Telecom está lá dentro". E segue indignado, interrompendo o meu relato de como fui atendida com expressões como "despreparo total, descaso e desrespeito ao consumidor".

Enquanto aguardava a entrevista, ainda na sala de espera, a secretária de Parisoto, Andréia, ligou para a Brasil Telecom e perguntou o valor do minuto das ligações locais. Em menos de 5 minutos lá estava ela com a informação. "O negócio é ligar direto na fonte", conta, sem revelar o número mágico que usou. Logo depois, quando já estava na sala de Parisoto, Andréia entrou dizendo que o "pessoal da Brasil Telecom ligou" e que os preços informados estavam errados. Prometeram que em breve mandariam um fax com os valores corretos.

A empresa é uma velha conhecida do Procon. Só em agosto de 2007, 226 pessoas procuraram o órgão para reclamar ou tirar dúvidas sobre a operadora. No mesmo período, foram registrados apenas 15 atendimentos da operadora GVT. Entre agosto de 2006 e 2007, foram 1772 reclamações sobre a Brasil Telecom contra 85 da GVT. E o que o cliente pode fazer? Reclamar e reclamar: "O Consumidor espera que o Procon coloque uma estrela no peito, entre num fusca branco e vá até as operadoras para dar um soco na cara deles, mas não é assim que funciona". Parisoto garante que as queixas devem ser encaminhadas para que se faça um levantamento de como anda o atendimento.

Quando o assunto é a mudança de pulso para minutos, o diretor do Procon diz que ela é positiva, pois permite que a cobrança seja feita de uma maneira mais clara. "A conta detalhada é uma luta de vários anos". O problema está no modo como foi feita.

"Faltou informação e divulgação.

A Brasil Telecom mesmo não fez qualquer tipo de divulgação". Segundo a Anatel, apenas 2% dos consumidores pediram o detalhamento da conta e 1% solicitou o comparativo entre o Plano Básico e o Plano Pasoo. Com o detalhamento da conta telefônica, todas as ligações virão listadas com a data, o horário, a duração e o preço de cada chamada. Já o comparativo, faz uma simulação de quanto seria a conta se o consumidor tivesse usado outro plano. Os dois serviços são gratuitos. Assim como a mudança de um plano para outro.

## Terceiro capítulo: "As vítimas"

O comerciante Thiago Couto é um dos usuários insatisfeitos com o atendimento da Brasil Telecom. Ele tentou mudar o endereço e o prefixo da conta telefônica do bairro Ingleses para Canasvieiras. Na primeira tentativa mudaram o endereço, mas não o número. Na segunda, mudaram o número e não o prefixo. Thiago queria trocar o 3369 (de Ingleses) pelo 3266 (de Canasvieiras). Na terceira vez, cancelou a antiga linha e comprou outra, também na Brasil Telecom. Ao instalar o novo telefone soube que o prefixo seria o antigo 3369, aquele que Thiago não queria. O técnico de instalação solucionou o problema - fez uma "gambiarra" e colocou o prefixo desejado por Thiago. Um mês depois, quando tudo parecia estar resolvido, ele recebeu uma conta de seu antigo número que não existia mais. Foi informado pelo atendimento da operadora que o valor era um resíduo do antigo telefone. Como Thiago já tinha recebido uma conta referente aos últimos dias em que usou a antiga linha, sabia que era uma cobrança indevida. Foi até o posto da operadora em Canasvieiras e ouviu a mesma explicação. Decidiu procurar o Procon.

Quando a atendente do Procon ligou para a Brasil Telecom, a operadora reconheceu que tinha feito uma cobrança indevida. Registrada a queixa, Thiago deve voltar ao órgão em 15 dias para verificar se o processo está correndo conforme o prometido. A operadora afirma que vai retirar a cobrança.

Aos 23 anos, Thiago já é dono do próprio negócio, uma distribuidora de gás de cozinha. Mas antes da autonomia, trabalhou durante seis meses no 102 da Brasil Telecom e defende os colegas. "Não chega a ser incompetência, é despreparo mesmo". Ele trabalhava quatro horas por dia ganhando cerca de R\$ 220. "Tinha vale transporte, mais R\$ 96,00 de vale alimentação". Horário de almoço? Não. Apenas um intervalo de 15 minutos para um lanche e a meta de realizar o atendimento em 30 segundos. Em cada turno, atendia, média, 500 ligações.

Thiago está dentro das estatísticas da Anatel. De acordo com o Plano Geral de Metas de Qualidade de

2007, a Brasil Telecom, Filial SC, não atendeu até o mês de julho nenhuma das metas de emissão de contas no quesito "Número de documentos de cobrança com reclamação de erro em cada mil documentos emitidos na modalidade local". A meta é de até 2% de erro. O mais próximo disso foi em janeiro, quando 2,81% das contas tiveram falhas.

Foram equívocos na medição de serviço em Ponte Serrana e cobrança dupla para clientes do Plano Conta Completa (cobrado franquia mensal e mais assinatura). O pico de reclamações foi registrado em junho, com 4,85% de contas com cobranças incorretas. Segundo a Anatel, a meta não foi cumprida porque houve "uma falha pontual no sistema de faturamento que ocasionou cobrança indevida aos clientes do Plano Conta Completa e de ADSL".

## Quarto capítulo: "O mediador"

Em relação à mudança de pulso para minutos, o assessor de imprensa da Anatel, Augusto Drumond Moraes, disse que a Agência proibiu o marketing direto das empresas, que estavam ligando para a casa dos clientes e oferecendo planos de minutos não-oficiais. Moraes diz que a Anatel funciona como um mediador entre consumidor e operadora. "É importante que o consumidor procure primeiro a operadora para solucionar os problemas. E quando a operadora traz mais confusão do que solução? Afim procure a Anatel. É importante reclamar para a agência, pois subsidia a Anatel de informações". De acordo com o assessor, o correto é ligar primeiro para a empresa, anotar o número do protocolo e se o problema não for solucionado, ligar para a Anatel. Dentro de cinco dias úteis a operadora deve entrar em contato com o consumidor com uma solução para o problema.

As operadoras realmente dão uma resposta ao consumidor depois de uma queixa na Anatel. Recorri à agência para reclamar sobre a confusão de valores. Um pouco antes de terminar essa reportagem, recebi um telefonema da Brasil Telecom. A atendente Gisele informou que tenho o Plano Básico com 200 minutos por R\$ 39,69 e que o minuto é R\$ 0,1056. O modo de cobrança é o do Plano Básico: sem taxa de completamento. Conclusão: se vocês voltarem ao início da matéria, vão ver que a confusão continua. E que ninguém acertou.

E se lembram que a Brasil Telecom ia mandar um fax com os valores corretos do minuto para o diretor do Procon? Pois é, não mandaram.

Moraes ainda conta que em breve teremos reajuste nas tarifas locais. O aumento já tinha sido autorizado em julho, mas para não provocar confusão com a mudança de pulso para minutos, foi adiado para outubro. Segundo o assessor da Anatel, a Brasil Telecom vai reajustar as tarifas em 2,13%.

Por Sabrina Carozzi

### Entre todas as opções dadas pelos atendentes da Brasil Telecom, tente marcar a opção correta :

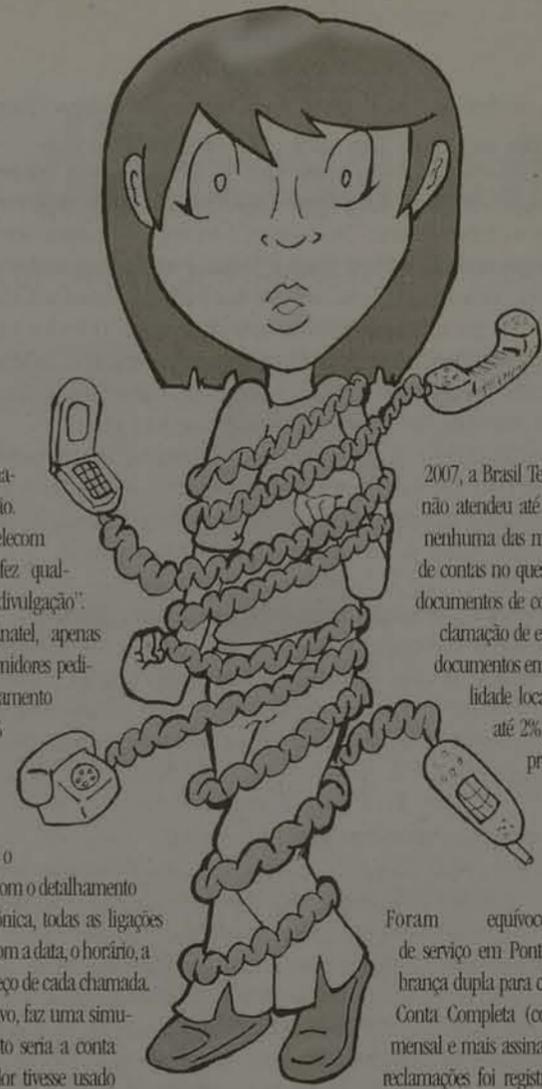
	Plano	Preço do minuto
(A) Fernando	Inicial de 400 por R\$ 39,69 Adicional de 200 por R\$ 6,83	Na franquia: R\$ 0,10 Fora: R\$ 0,19
(B) Luana	Inicial de 200 por R\$39,17 Adicional de 600 por R\$ 20,74	Na franquia: R\$ 0,19 Fora: R\$ 0,10
(C) Terceiro atendente	Inicial de 200 por R\$39,69 Adicional de 200 por R\$6,83	Na franquia: R\$ 0,10 Fora: R\$ 0,19
(D) Atendimento on-line	Inicial de 400 por R\$ 39,69 Adicional de 200 por R\$ 6,83	Na de 400: R\$0,099225 Na de 200: R\$ 0,03415 Fora: R\$ 0,03878
(E) Gisele	Inicial de 200 por R\$ 39,69 Adicional de 200 por R\$ 6,83	Dentro e fora: R\$ 0,1056
(F) Nenhuma das alternativas		

registrar uma queixa. O atendimento é mais rápido e sem musiquinhas. Em cinco dias úteis devo receber resposta da operadora. Protocolo anotado, agora é só aguardar.

A resposta veio antes, devido ao e-mail que mandei diretamente para a Brasil Telecom: "Em primeiro lugar cabe aqui um sincero pedido de desculpas pelo atendimento equivocado por parte da central 103 14". Também informam que "segue abaixo as informações corretas sobre seu plano". Será?

De acordo com o "atendimento on-line", tenho o Plano Franquia Adicional 600 minutos. Divididos em uma franquia inicial de 400 minutos (antigos 100 pulsos) por R\$ 39,69 e uma franquia adicional de 200 minutos (antigos 50 pulsos) por R\$ 6,83. E não é que o Fernando, o primeiro atendente, estava certo?

Sobre o preço do minuto, ninguém acertou. De acordo com o e-mail, o preço varia de plano para plano. No meu caso, dentro da franquia de 400 minutos, é de R\$ 0,099225 e dentro da franquia adicional de



# Má conservação destrói memória catarinense

Na Biblioteca Pública do Estado, periódicos se esfurelam pela falta de cuidados básicos de armazenamento

Nos arquivos municipais e estaduais espalhados pelo Brasil, periódicos antigos e documentos preciosos para a memória coletiva do país correm o risco de desaparecer devido às condições inadequadas de conservação e manuseio. Em Santa Catarina, a história não é diferente: o arquivo de periódicos da Biblioteca Pública do Estado pede socorro.

Há dois anos os jornais que chegam não são encadernados e permanecem empilhados em prateleiras inadequadas ou no chão, amarrados com barbante e expostos à poeira, à umidade e às traças. Mesmo o material mais antigo, que foi encadernado, praticamente se desmancha com o manuseio. Carlos Alberto Cavalheiro, servidor responsável pelo setor de periódicos da biblioteca, explica que o ideal seria fazer a encadernação com poucas edições para que o livro fique com a espessura de, no máximo, dois centímetros. No entanto, para economizar com as capas, o processo resulta num caderno com espessura entre cinco e 10 centímetros. Com o tempo e a manipulação do papel, as páginas se dobram, algumas folhas se rasgam, a capa descola e pedaços se perdem.

As capas são feitas em papelão e cobrem somente as superfícies da frente, de trás e a lombada dos jornais. As demais laterais ficam sem proteção, deixando o material em contato com o ambiente da biblioteca, onde não há climatização e iluminação adequadas. Além disso, os ventiladores estão muito próximos dos livros nas prateleiras mais altas. Sem um aparelho de ar condicionado que funcione, as janelas ficam abertas o tempo todo para possibilitar a circulação de ar mesmo em dias de chuva.

Cavalheiro conta que a Biblioteca paga a assinatura dos jornais locais, como o Diário Catarinense e o A Notícia, mas até hoje não recebeu edições do jornal Hora de Santa Catarina, por exemplo. A AdjoriSC (Associação dos Jornais de Interior de Santa Catarina) manda regularmente os exemplares dos veículos associados, mas muitos estão empacotados e não encadernados; ou seja, não disponíveis para consulta.

O mestrando em História na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Eduardo Teixeira Coelho, faz a sua pesquisa nos jornais locais de 1970 que se encontram no acervo da Biblioteca Pública. Ele relata que muitas vezes foi prejudicado pela dificuldade de legibilidade do material ou por falhas na periodicidade e que o manuseio dos materiais é feito sem luvas nem qualquer orientação especial. "Às vezes faltam pedaços das folhas, enquanto outras estão desgastadas e rasgadas, impossibilitando a leitura de algumas notícias. Em alguns casos, faltam edições inteiras".



JORNAIS MAL-ENCADERNADOS FICAM DESPROTEGIDOS EM UM AMBIENTE QUE NÃO POSSUI CLIMATIZAÇÃO ADEQUADA

A Biblioteca Nacional, em parceria com a UFSC e o Governo do Estado de Santa Catarina, microfilmou todo o acervo de periódicos da Biblioteca Pública e levou os filmes para a sede, no Rio de Janeiro. Em seguida, uma cópia do material foi enviada para a Universidade, que o perdeu numa grande enchente, em 1995. Restam apenas alguns rolos de microfilme na Biblioteca Pública, mas o equipamento para a leitura das películas é de má qualidade.

Em 2002, a AABPSC (Associação Amigos da Biblioteca Pública) elaborou um projeto para restauração e digitalização do acervo de periódicos, orçado em R\$1.987.000. Segundo Ricardo Mesquita, presidente da AABPSC, esse trabalho custaria hoje metade do valor, pois seriam utilizadas tecnologias mais baratas. "O sistema de microfilmagem, apesar de ter mais qualidade, é mais caro e, portanto, ultrapassado. O mais barato é escanear o material e instalar computadores ligados à internet para consulta, coleta e envio de dados".

Na época, o projeto que orçava a restauração em quase R\$2 milhões chegou a ser aprovado na Lei Rouanet, mas não houve captação do recurso. Mesquita não fala em falta de dinheiro, mas defende que algumas áreas da cultura são mais privilegiadas do que outras. Segundo ele, a verba existe. Mas, para o governo, existem outras questões culturais mais urgentes do que a conservação e restauração de periódicos antigos. "Isso é Brasil. Memória não interessa", comenta.

## Dicotomia

No entanto, nem tudo está perdido. Um bom exemplo de conservação da memória do povo catarinense é o Arquivo Público de Santa Catarina. Ao todo, são 17 funcionários, dentre os quais três são bolsistas de escolas estaduais e o restante com graduação em Biblioteconomia e especialização em arquivos. Eles se dividem em duas diretorias: a de gestão documental, responsável pelas atividades de documentação, padronização, classificação e assessoramento às autarquias; e a de recuperação documental, encarregada do recolhimento do material e dos processos de restauração e disponibilização do arquivo.

Em 47 anos, o Arquivo Público já esteve hospedado em seis prédios e a preocupação com a conservação do material é permanente. O último endereço foi na Avenida Mauro Ramos, no centro de Florianópolis, mas o alto valor do aluguel — quase R\$15 mil mensais —, a péssima qualidade das instalações elétricas, a umidade do piso, o alto barulho vindo da rua e a liberação de gases pelos veículos que passavam em frente ao prédio fizeram com que o arquivo fosse transferido para o prédio da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (Ioesc), no bairro Saco dos Limões, em agosto de 2006. Todas essas mudanças, de acordo com os gestores do arquivo, não afetaram a preservação do material, mas desagradaram aos pesquisadores e alguns funcionários do Arquivo. De acordo com dados do departamento de pesquisa, o número de visitantes atualmente é de 40 a 80 por mês, enquanto no antigo endereço esse índice chegava a 100.

No acervo do Arquivo Público são encontrados documentos manuscritos, como correspondências, processos, relatórios e livros, além de documentos cartográficos

e fotografias, provenientes do Poder Executivo e de particulares desde o começo do século XVIII até os dias de hoje. O documento mais antigo é uma Carta Régia do imperador Pedro II ao governador geral do Brasil, Dom Rodrigo da Costa, na qual é discutida a regulamentação do comércio marítimo na região. Os materiais que estão em estado de conservação precário não podem ser manuseados pelos pesquisadores, tampouco aqueles que estejam em fase de restauração.

Além do acervo, o arquivo possui uma biblioteca de apoio composta por livros, periódicos e materiais deixados por pesquisadores ou doados por outras instituições e um laboratório de restauração próprio. Ali, trabalham três funcionários especializados e dois alunos secundaristas. A maioria das verbas destinadas ao Arquivo é repassada ao laboratório devido ao alto custo dos materiais usados na restauração e conservação que, em geral, são importados. Boa parte dos documentos são microfilmados, mas segundo o diretor de gestão documental, Adalberto Ribeiro da Silva, as pessoas preferem manuseá-los a visualizá-los pela tela da microleitora.

## Um outro mundo

O Centro de Memória da Alesc costuma receber muitos grupos de pesquisa, em geral de estudantes de História e de pessoas que procuram informações para projetos de conclusão de curso. O mestrando em História na UFSC, Eduardo Teixeira Coelho, utiliza também o acervo de periódicos da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) para a sua pesquisa. "Lá é outro mundo".

No arquivo estão armazenados os documentos referentes ao poder legislativo do Estado desde 1840 e a legislação dos municípios catarinenses. O material é guardado em pastas de polietileno, distribuídas em oito estantes móveis. Alguns documentos são encadernados, outros ficam como folhas soltas, e poucos são aqueles que estão rasgados pelo manuseio constante ou que têm buracos decorrentes da ação de traças. O espaço é bem arejado, fresco e a luz não incide diretamente sobre o material arquivado, não há qualquer forma de contato com ambientes abertos, e os pesquisadores usam luvas para folhear com cuidado e preservar os papéis.

Falta é uma palavra que passa longe do Centro de Memória da Alesc. O local possui um laboratório de restauração, cujo material provém do almoxarifado da Assembleia. Quando são necessários equipamentos maiores, como aparelhos de ar-condicionado ou estantes, são abertas licitações. Ao todo, nove pessoas trabalham no Centro de Memória, dentre elas dois são estagiários da Escola Estadual Básica Antonieta de Barros, que também aprendem o processo de recuperação de arquivos.

Além do material armazenado, todo o acervo é microfilmado. A Assembleia tem uma máquina microleitora, pertencente à Coordenadoria de Documentação, que faz a leitura dos filmes. Até o final do ano, todos os documentos do Centro de Memória serão digitalizados e disponibilizados ao público através da internet.

Vale lembrar que somente em 1987 começou o processo de organização de um arquivo permanente na Alesc. Antes, todos os documentos que a Assembleia possuía estavam mal-armazenados em caixas de papelão em locais mal-iluminados e sem ventilação. Depois de um árduo e demorado período de restauração, além de boa-vontade e investimentos, o acervo começou a ser recuperado.

Nancy Dutra e Nanri Rios



NO ACERVO PÚBLICO OS CUIDADOS SÃO MAIORES



NA BIBLIOTECA DO ESTADO O MANUSEIO DE MATERIAL É FEITO SEM ORIENTAÇÃO

## Leitura antecipada das obras garante diferencial

N um domingo do mês de abril de 1981, a professora do curso de letras da Universidade de Passo Fundo (UPF), Tânia Rösing, durante um bate-papo informal com o jornalista e escritor gaúcho Josué Guimarães, manifestou o desejo de criar um evento com a participação de escritores sul-rio-grandenses, empregando uma metodologia diferenciada: a leitura prévia de suas obras. "Desenvolva esse tipo de jornada, que eu convidei os escritores e comprometo-os a vir a Passo Fundo", assegurou-lhe Josué.

No mesmo ano, com 750 inscritos, a I Jornada Sul-Rio-Grandense de Literatura, ocorreu com clima de festa e a participação de escritores como Mário Quintana, durante o mês de agosto. O sucesso da primeira edição, projetou a jornada e fez com que se tornasse um evento nacional. Assim, em 1983, acontece a I Jornada Nacional de Literatura, com um público de 1.100 pessoas.

Nos primeiros anos o pagamento das inscrições viabilizava o evento. O número cada vez maior de inscritos fez com que a jornada fosse transferida do play center de um clube da cidade para o Circo da Cultura, local onde já ocorria o Festival Internacional de Folclore. Hoje a jornada conta com a ajuda de empresas estatais e privadas através das leis de incentivo à cultura federal e estadual. A Prefeitura Municipal da cidade de Passo Fundo, só a partir de 1991, passou a contribuir financeiramente para a viabilização da jornada.

Para a preparação de cada edição é preciso mostrar o que foi a anterior, comprovar as ações e seus resultados. Então, através de relatórios, de um bom conjunto de imagens fotográficas, da produção em vídeo do evento, as empresas são sensibilizadas a participarem novamente da viabilização financeira.

"Defendi na condição de criadora e de coordenadora, intuitivamente, um trabalho interdisciplinar, que passava mais pelo entusiasmo de realizar algo diferenciado, capaz de trazer resultados palpáveis numa área tão difícil, mas tão necessária a distintos segmentos da sociedade" diz Tânia Rösing. Para o ZERO, acrescentou que não tem dúvidas em relação ao que ocasiona o sucesso do evento que idealizou: "Cada vez mais, nós estamos desenvolvendo a metodologia de leitura antecipada das obras e por isso ela se amplia, porque isso funciona".

Após a morte de Josué Guimarães, o jornalista e escritor Ignácio de Loyola Brandão, transformou-se em um dos coordenadores dos debates, constituindo-se embaixador das jornadas literárias desde 1988, função que ocupa até hoje a convite da comissão organizadora. Também contribuem na posição de mediadores dos debates o romancista, dramaturgo, roteirista de cinema e televisão, cronista e ensaísta, Alcione Araújo e o doutor em Literatura e Língua Portuguesa, com Pós-Doutorado em Literatura Moderna, Júlio Diniz. Este também é escritor, crítico, ensaísta e especialista na área de leitura e na interface música/literatura/cultura. Ambos colaboram com a comissão organizadora na elaboração do programa e na efetivação dos contatos com escritores e artistas.

Professores de diferentes áreas de conhecimento foram se agregando ao movimento, distintos segmentos da comunidade passaram a respeitar a ideia e a sua caminhada crescente recebeu diferentes formas de apoio de autoridades governamentais, educacionais e culturais — desde 1981 os professores da rede estadual são liberados do ponto para participar do evento.

A equipe responsável pela organização de cada jornada e a comissão executiva trabalham em sintonia para alcançar o objetivo que sustenta essa movimentação cultural. Desenvolvem parcerias inteligentes com diferentes instituições para garantir a qualidade da programação.

As ideias são postas na mesa, tudo é discutido e decidido de forma a promover o evento com resultados palpáveis nas áreas da educação e da cultura, em uma perspectiva interdisciplinar e crítica. As ações nas escolas, entre uma jornada e outra, são constantes. Sobre isso Tânia Rösing analisa: "Nós entendemos que o leitor que compreende o texto escrito e do texto apresentado em diferentes suportes, do texto literário e das linguagens das manifestações culturais e artísticas é crítico, é um cidadão de verdade".

A Jornada Nacional de Literatura consolidou Passo Fundo como um dos maiores centros literários do Brasil, fazendo de um município com 200 mil habitantes, no Noroeste do Rio Grande do Sul, a Capital Nacional da Literatura. Segundo o IBOPE, em pesquisa realizada no segundo semestre de 2006 encomendada pela Câmara Rio-Grandense de Livros, a cidade apresenta hoje o maior número de obras lidas por habitante ao ano, 6,5. Em Porto Alegre são 5,8 livros lidos ao ano por pessoa, e a média brasileira não passa de 2,3. <sup>[3]</sup>



NO AMPLO ESPAÇO CEDIDO PELA UNIVERSIDADE PARA O EVENTO, A ORGANIZAÇÃO DISPONIBILIZOU PARA OS PARTICIPANTES UMA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA GRATUITA

“Arte da leitura é ler onde o escritor não escreveu. É saber ler o espaço vazio construído pelo autor”

Ignácio de Loyola Brandão

“Não acredito que o livro será substituído, a literatura e a leitura é que terão novos subsídios”

José Luiz Jobim

“A indústria do entretenimento tem obrigação de produzir alegria e acaba tirando o senso crítico da pessoa”

Alcione Araújo

# Paixão pela arte leva literatura ao picadeiro

“Trapézio” de livros atrai 17.600 pessoas para a 12ª Jornada Nacional de Literatura e movimenta a cidade de Passo Fundo do interior do Rio Grande do Sul

**T**enho o prazer de apresentar um espetáculo com manifestações artístico-culturais das mais variadas vertentes, onde leitura é sinônimo de visão de mundo, de cultura no seu aspecto mais amplo e o comportamento se materializa através do aprimoramento da sensibilidade.

Uma multidão esperava todos os dias o espetáculo começar. Embaixo da lona de 3.575 m2 do Circo da Cultura, o inverno gelado que tornava a paisagem lá fora esbranquiçada não tinha vez. O calor humano aquecia. Arquibancadas lotadas, e no picadeiro, mais espectadores completavam a platéia de 5.600 pessoas. Atenta, a maioria se manteve quieta e concentrada na noite de abertura e nos demais dias até o encerramento da 12ª Jornada Nacional de Literatura. O silêncio só era quebrado pelos aplausos, que entoados afinavam uma única melodia, reverenciando aos 111 autores e 204 artistas que ali se apresentavam em um clima sem qualquer formalidade.

Mas o contato com a platéia não acabava por aí, já que as discussões em torno dos temas propostos eram baseadas em questionamentos enviados pelo público, estabelecendo-se assim uma interação que enriquecia os colóquios. O clima de culto ao livro deixa claro que o objetivo ali não passa pelas vias comerciais. Não estamos falando de uma feira, e sim de uma jornada, no seu significado literal. Uma caminhada, uma marcha, um trajeto, uma viagem em busca de mudanças sociais pela via da leitura e da formação de leitores conscientes, capazes de discernir e compreender as mais variadas formas de arte, para, partindo deste pré-suposto, agirem como agentes de transformação.

Não é de se espantar que nomes como Edgar Morin, Gilles Lipovetsky, Jostein Gaarder, John Hemingway e Ferreira Gullar, além de João Ubaldo Ribeiro, Frei Betto, Jorge Furtado e Antônio Nóbrega já tenham subido ao palco da jornada de literatura.

Um circo cultural que se move de forma diferente. A preparação na etapa da pré-jornada inicia um diálogo entre leitores e autores colocando o público experiente ou em formação, em contato com as produções literárias, estimulando-os a conhecer, apreciar e apropriar-se do conteúdo das obras.

Os reflexos do evento são imediatos e a celebração do livro continua. Ao longo de seus 26 anos, a Jornada Nacional de Literatura provou ter efeitos sociais, educacionais e culturais estimulantes. A literatura se mistura à arte circense, ao teatro, à dança, ao cinema, à pintura, ao desenho, à escultura, à fotografia, à arquitetura e à moda, num evento inovador.

Engana-se quem pensa que o público do evento resumia-se aos participantes que acompanhavam as contendas do *gran circus*. O ambiente festivo não era em vão. É de se comemorar, de fato, quando 17.600 pessoas se reúnem durante uma semana para discutir literatura.

Durante os cinco dias do acontecimento, 12.000 crianças e adolescentes, percorreram os quatro mini-circos, que, espelhados na grande lona, promoviam também encontros entre os jovens leitores e autores e ilustradores de livros infanto-juvenis. A Jornadinha Nacional de Literatura, como é chamada, já está na sua quarta edição e também conta com uma fase precedente, a pré-jornadinha. A leitura prévia de obras dos escritores convidados, entre os meses de março e junho e a elaboração de um trabalho final fazem parte desta etapa. Os estudantes pertencem ao Rio Grande do Sul e interior de Santa Catarina.

Com programação variada, as duas jornadas de literatura, tanto a adulta como a infanto-juvenil, vão além dos encontros e conversas paralelas com os escritores, passando por sessões de autógrafos, “contação” de histórias, shows musicais, performances e encenações de peças teatrais, exposições, feira do livro e atividades paralelas. O evento é realizado nas unidades acadêmicas da Universidade de Passo Fundo (UPF), no seu Centro de Eventos e Biblioteca Central, na Academia Passo-fundense de Letras, no SESC da cidade, e no Bourbon Shopping. Incluídos nas atividades extra-circo da jornada para adultos, estão o Segundo



PICADEIROS, LONAS E PALHAÇOS SÃO ELEMENTOS CIRCENSES USADOS NAS EDIÇÕES DA JORNADA NACIONAL DE LITERATURA PARA ATRAIR QUASE 18 MIL LEITORES

Encontro Nacional da Academia Brasileira de Letras - Revisitando os Clássicos II, o Encontro Estadual dos Escritores: a criação literária gaúcha em debate, o Sexto Seminário Internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio Cultural e a apresentação de Comunicações.

O participante ainda pode optar por cursos com diversas temáticas. Em 2007, história em quadrinhos, teatro, ilustração, marketing cultural e a cultura surda foram alguns destaques. A escritora infantil, cega de nascença, Elisete Lisboa, conferiu um curso para deficientes visuais. Entre os ministrantes também estavam professores e pesquisadores de universidades do Sul e Sudeste, além do dramaturgo cubano Reinaldo Montero, da mestre em teatro Patrícia Furtado, do jornalista norte-americano Gerard Jones e o grande homenageado da jornada, o ilustrador Rui de Oliveira.

E as realizações não acabam por aí. Pertencem ao evento dois grandes concursos. O Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura, já na sua quinta edição, premia o autor do melhor romance publicado em língua portuguesa, com o valor de R\$ 100 mil. O vencedor deste ano foi o moçambicano Mia Couto, com o livro “O Outro Pé da Sereia”. Criado em 1998, o Concurso Nacional de Contos Josué Guimarães, homenageia o jornalista e escritor que estimulou a criação e expansão das Jornadas Literárias de Passo Fundo. Em sua 10ª edição, Lúcia Bettencourt, Ph.D. em espanhol e português ficou com o primeiro lugar, ganhando R\$ 5mil e uma viagem para Santiago de Compostela, na Espanha. O jornalista e ex-aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bruno Dorigatti, ganhou R\$ 3mil com a segunda colocação.

### Sob a lona o espetáculo das letras

Nas tardes e noites da jornada, no Circo da Cultura, os espectadores se uniam para assistir e participar de palcos de debates. O tema “Arte da leitura” transformou autores em historiadores da sua própria vida de leitor. Ali, os escritores contaram como começaram a ler e quem foram os responsáveis por fazê-los tomar gosto pela arte da leitura. Incitados pelo dramaturgo Alcione Araújo a refletir sobre os motivos que os levavam a começar a escrever, os integrantes do palco de debate preconizados por Ignácio de Loyola Brandão mudaram o rumo da prosa por acreditarem que não se tornariam escritores se não tivessem sido de antemão leitores vorazes. Loyola herdou uma biblioteca de 900 livros do pai, e foi obrigado pela professora primária a rescrever vários títulos como

exercício de aula. Sobre o tema da mesa redonda proferiu: “Arte da leitura é ler onde o escritor não escreveu. É saber ler o espaço vazio construído pelo autor”. Já o escritor e dramaturgo cubano, Reinaldo Montero comparou a arte de ler à amizade e ao amor. Montero acredita que ler é perceber e compreender signos gráficos, inferir, descobrir intenções e atitudes e, por extensão, associar. “Ler é uma ação pessoal”, completa.

José Castilho, secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) acredita que a preocupação do governo deve ir além de comprar livros. “Devemos formar mediadores para que esses livros cheguem aos leitores”.

A discussão sobre “Arte e entretenimento” teve a intenção de refletir sobre as duas questões e suas relações. A escritora Marina Colasanti sugeriu que arte é entretenimento, pois nos distrai, seduz, tira-nos do espaço do cotidiano. Para Marina, a arte deixou de ser popular quando passou a ser regida pela lógica do mercado. “O mercado apareceu e agora os dois lados tentam se encontrar”, explica. Maurício Melo Júnior, na mesma linha de raciocínio, diz não enxergar incompatibilidade entre os temas. Como exemplo, citou José de Alencar, Lygia Fagundes Telles e Guimarães Rosa, escritores que visavam à sedução do leitor, e encirrou isso como forma de entreter.

Lúcia Araújo, jornalista e gerente do Canal Futura, comenta que hoje, num mesmo museu, mostras de arte erudita e popular se misturam. Nelson Motta, que admite sempre ter sido pop, disse não ter a pretensão de fazer arte, que está satisfeito se fizer um bom entretenimento. Acrescenta ainda uma questão ao debate: “O que vale mais, arte chata ou entretenimento inteligente?”.

O escritor e doutor em literatura, Flávio Carneiro, fala sobre o distanciamento entre literatura e entretenimento estimulado pelo movimento modernista, que acreditava que arte era coisa séria, não podendo ser engraçada. “A ficção atual está redescobrendo que separar essas duas questões é ruim” completa.

Alcione Araújo comentou a apropriação em escala industrial de produtos culturais, que começam a perder o olhar pessoal de mundo do homem. “A indústria do entretenimento tem a obrigação de produzir alegria e acaba tirando o senso crítico da pessoa; busca na audiência o que ela quer e lança no mercado”.

Tratados como temas amplos, “Arte, moral e erotismo” foram discutidos em suas singularidades. O erótico provou ir além do sexo simplesmente e ser mais interessante do que o pornográfico. Complexo de Édipo, incesto, lolitas e apólos

misturaram-se com autocensura e moralismo. André de Leones, Prêmio Sesc de Literatura, afirma que “Imoral é quando o escritor é desonesto. É necessário ter consciência de cada vírgula que se escreve, tudo deve ter uma função no texto”. O escritor polonês Miroslaw Bujko, presente na mesa e no Brasil pela primeira vez, afirmou, exclusivamente para o ZERO, que na Polónia não existem eventos literários de grande porte, e que a literatura é discutida somente por intelectuais em congressos fechados, restritos à categoria.

Questionada sobre a erotização infantil, estimulada por vezes pela televisão, a atriz e poetisa Elisa Lucinda disse: “Prefiro que meu filho veja uma boa trepada na novela das oito do que as notícias de tiros e corrupção no jornal das sete”.

Os escritores Afonso Romano de Sant’Anna, Lya Luft, Mariana Ianelli, Mário Sabino e Lúcia Bettencourt, conversaram acerca de “Arte e transcendência”. Mariana que também é jornalista acredita que através da palavra é possível transcender. “O livro não é um, existem tantos livros quanto o seu número de leitores”, diz. A escritora acrescentou que o livro transcende o limite verbal. Lya Luft acredita que a arte é a presença do transcendente.

Mário Sabino, jornalista e editor executivo da Revista Veja, vai da teoria de Charles Darwin à preservação ambiental, e afirma que sistemas filosóficos, ideológicos e religiosos já produziram muita desgraça no mundo. Acredita que o ser humano deve introduzir. “Precisamos buscar o nosso interior”, explica.

O poeta Afonso Romano de Sant’Anna traz à tona os atuais produtos da mídia para sua análise. Levando a conversa para o nicho artístico, crítica a teledramaturgia nas novelas da tevê. “Ir além do que é feito hoje é transcender”. Segundo ele, a violência e o sexo são empregados nos filmes e novelas, pois é uma receita certa para a comercialização do produto.

Envolvendo os escritores José Luiz Jobim, Enimar Soares, Luiz Ruffato e João Alegria o tema “Arte, mídia e hipernídia”, possibilitou uma reflexão sobre as convergências das mídias. Um dos mediadores, Alcione Araújo, disse acreditar que não adianta ter contato com a tecnologia se a pessoa não contar com um repertório cultural que permita pensar a utilização desses meios.

Jobim acredita que nada desaparece, as formas de expressão se reorganizam. “Não acredito que o livro será substituído, a literatura e a leitura é que terão novos subsídios”, explica. A opinião foi apoiada por Luiz Ruffato, segundo o qual o grande sonho de quem usa a hipernídia é publicar um livro e que as novas tecnologias vêm para complementar as já existentes.

À noite, na mesma data, o palco de debates deu lugar a Carlo Ginzburg, historiador e antropólogo italiano, para a Grande Conferência “Arte e política”. Ginzburg é um dos precursores da micro-história, que faz emergir o grande através da análise do pequeno. Partindo das características das pinturas de Jacques-Louis David, Ginzburg analisa o que chamou de obscura relação entre arte e política. A obra “A morte de Marat”, considerada uma de suas obras-primas, exposta no Museu Real de Belas Artes de Bruxelas, ajuda a analisar todo o contexto histórico da Paris daqueles dias para tentar reconstruir o cenário e entender tanto a realidade quanto a ficção. “O caráter estilístico e o iconográfico de ‘Marat em seu último suspiro’ são claramente o resultado de uma série de escolhas deliberadas. O que ele fez não foi somente uma pintura política, mas também um ato político”, acrescenta Ginzburg.

As cidades crescem e o espaço das artes também. A periferia subiu ao palco da última tarde de discussões no Circo da Cultura. Enquanto grafiteiros faziam arte em um painel branco, a “Arte de rua” era entoada pelos participantes da mesa. O rapper e escritor Ferréz, o nome mais importante da chamada literatura marginal no Brasil, dividia o debate com o passo-fundense Juliano Crívello, representante do movimento hip-hop. O escritor paulista acredita que a melhor forma de iniciar um debate desse tipo é mostrando-se ao público, contando sua história. E assim o fez. Sua obra retrata a rotina da periferia paulista e fazer literatura para ele funciona como uma saída de emergência, uma espécie de salvação.

Por Amanda Busato

# Jornada Mirim incentiva leitura dos jovens

Evento literário de Passo Fundo prestigia público infantil e recebe mais de dez mil crianças do sul do país



ALUNOS DOS COLÉGIOS PARTICIPANTES DA JORNADINHA CERCANDO O PERSONAGEM DA ÚLTIMA EDIÇÃO DO EVENTO, O BUFÃO

Nem mesmo a fria manhã de Passo Fundo, na terça-feira, 28 de agosto, tirou o entusiasmo das mais de 3 mil crianças presentes na abertura oficial da 4ª Jornadinha Nacional de Literatura. Por volta das 8h30, a enorme tenda verde e vermelha do Circo da Cultura é completamente tomada pelos alunos de 1º a 4º séries de escolas públicas e particulares do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Enquanto não começa o show, a organização desliga o som na hora do refrão e, em uníssono, as crianças cantam o hino da jornada, balançando as mãos em um mesmo ritmo, como se o tivessem ensaiado. Às 9h começavam as atividades com a apresentação teatral do grupo paulista XPTO cujo tema principal era utopia. Esta mesma peça abriu a programação nos outros dias, mas com as crianças a participação foi maior. Usando chapéus coloridos e uniformes elas cantavam e dançavam a música tema do evento, e a cada novidade apresentada pelos atores a resposta é imediata através de muito barulho.

Além das crianças, quem não escondia a felicidade por estar na Jornadinha era a professora do ensino fundamental do colégio Frei Caneca, Miriam Carpene. Ela cantava e brincava junto com a molecada, que não demonstrava cansaço após uma hora e meia de viagem. Com a participação de quase 100 alunos, a escola de Guaporé enviou uma das maiores excursões ao evento. "Olha que lindo, eles sabem de cor a musiquinha", emociona-se a Tia Miriam, como é chamada pelos alunos, sem esconder a felicidade ao perceber o interesse deles. "O retorno que eu tenho é quando eles reconhecem aqui os textos e poemas trabalhados em aula, principalmente a poesia, já que eu gosto muito de poesia", conta a professora. Em meio aos gritos infantis ela tenta explicar a metó-

dologia de ensino adotada com a criança. "Nós trabalhamos antecipadamente com as obras dos autores que estão aqui, e realizamos algumas atividades como leitura, criação, poesias e dramatizações. Os trabalhos são apresentados junto à comunidade.", resume a docente.

Dando continuidade à interatividade com os jovens, é a vez de Gali-Leu, o gato leitor, acompanhado de Natália Boher, comandarem o show. Os dois são integrantes do programa *Mundo da Leitura*, transmitido pela UpTV e recém-premiado com o troféu *Galgo de Ouro* como melhor programa da televisão universitária brasileira no 15º *Gramado Cine Vídeo*. O anúncio da atração seguinte faz a criançada vibrar. Com seu figurino excêntrico e um vasto repertório de músicas e piadas, o escritor infantil Mário Pirata fez o circo cair na risada.

Ao fim da apresentação do escritor gaúcho, a criadora e organizadora da jornada, Tânia Rosing, sobe ao palco para dar a triste notícia de que o convidado principal do dia, Ziraldo, não poderá comparecer devido a problemas no aeroporto. A decepção do público é inevitável e só passa quando Sérgio Capparelli traz ao palco um pouco de suas fantásticas histórias, que misturam realidade e ficção, presentes em seu novo livro - *50 Fábulas da China fabulosa*. Para encerrar a programação matinal, o grupo musical gaúcho *Cuidado que Mancha* se apresenta e levanta o público.

De tarde os colégios são separados em quatro tendas para conversar com os convidados com mais calma. Em um sistema de rodízio, os 12 escritores se apresentam em todas as lonas onde respondem as perguntas entusiasmadas dos estudantes.

Esse sistema foi utilizado nos quatro dias da jornadinha, que levou cerca de 12.000 alunos de 110 colégios para a área

**“Não podemos ampliar o número de participantes pelo limite na logística da cidade em hotéis. Estão todos lotados”**

Eliana Teixeira, organizadora da Jornadinha

da Universidade de Passo Fundo destinada ao evento. Os dias 28 e 29 foram reservados para alunos de 1º a 4º séries, enquanto a programação do dia 30 foi destinada aos estudantes de 5º a 8º séries. O último dia atendia a alunos do ensino médio.

## O circo

Iniciada em 2001, a versão mirim da Jornada Literária atingiu o limite de público já na 3ª edição, em 2005. "O número de inscrições é igual ao de 2005. Não podemos ampliar o número de participantes pelo limite na logística da cidade em hotéis. Estão todos lotados", conta Eliana Teixeira, organizadora da Jornadinha. A diferença, no entanto, é a diversidade das cidades de onde vêm os pequenos. "Apesar do limite de locomoção, vem gente cada vez mais de longe, com maior diversidade de estados. Só hoje temos quatro escolas de Santa Catarina.", surpreende-se a organizadora.

Cerca de 4 mil alunos que não conseguiram se inscrever no evento participaram de atividades paralelas e gratuitas oferecidas ao longo da semana, como feira do livro, sessão de autógrafos e exposições.

Com a programação definida desde março, os organizadores enviaram às escolas uma lista com as obras que seriam discutidas na Jornadinha para que os estudantes tivessem tempo de ler todas. Com isso o incentivo à leitura é maior do que o número de participantes. "O ganho é muito maior porque muitos alunos lêem os livros e acabam não conseguindo vaga para vir pra cá", explica a organizadora. Eleita a capital nacional da leitura no ano passado, a cidade de Passo Fundo possui um índice de 6,5 livros por pessoa, quando a média nacional é de 2,4.

Para ampliar esta média os organizadores contam com o apoio da prefeitura do município para promover o incentivo à leitura também no período em que não há a Jornadinha. "Não é somente de dois em dois anos que promovemos um incentivo às crianças. Uma vez por mês elegemos o livro do mês, quando o autor vem à cidade

e fala com os alunos dos colégios e faculdades. Mês passado o escritor do mês foi o Pablo Moreira", diz Eliana Teixeira.

## Da escola para casa

O retorno educacional é garantido no colégio Círculo Operário, em Passo Fundo. A escola participa do evento desde a primeira edição. Pedro Barelli Neto, de 14 anos, está pela segunda vez na jornadinha e conta que foi após ter se mudado do interior paulista para Passo Fundo que adquiriu o hábito da leitura. "Minha mãe é professora aqui na UPF e depois da primeira Jornadinha que eu vim, ela passou a me incentivar mais a ler", diz o menino que só no ano passado leu 16 livros. Entre os livros preferidos de Pedro está *Uma idéia Toda Azul*, de Marina Colasanti, escritora também presente ao evento.

O propósito central da Jornada Nacional de Literatura é incentivar a leitura e transformá-la em um hábito sadio e agradável, para isso é necessário que o exemplo para os jovens venha de dentro da escola e de casa. "Toda semana levamos nossos alunos a biblioteca para que cada um escolha um livro e apresente um trabalho na semana seguinte.", conta Vânia Schmitt, professora da escola Círculo Operário.

Essa atividade eleva a média de leitura anual da escola para vinte livros por aluno, oito vezes acima do índice nacional. "Realizamos uma avaliação mais lúdica. No final do ano eles escolhem um autor para fazerem seminários e peças teatrais e apresentam para toda a escola.", explica Vânia. A professora também aconselha aos pais que estimulem o hábito da leitura desde cedo. "Nas reuniões com os pais falamos para que eles incentivem a leitura também, não por obrigação, mas por gosto. Temos que trabalhar o exemplo deles".

A afinidade acaba não se resumindo aos livros, mas também aos autores que depois da jornada são mais lidos pelos jovens. "Depois, quem não leu as obras busca saber mais sobre elas e acaba lendo também.", conta a professora.

Por Diego Ribas



A APRESENTAÇÃO TEATRAL DO GRUPO PAULISTA XPTO FOI RESPONSÁVEL POR ABRIR A PROGRAMAÇÃO EM TODOS OS DIAS

# Romancista africano recebe R\$ 100 mil

Escritor Mia Couto conquista Passo Fundo ao receber o prêmio de melhor romance publicado em língua portuguesa

Usando um terno azul escuro, o sereno e discreto escritor moçambicano de 55 anos, Mia Couto se posicionou nas cadeiras reservadas aos escritores e autoridades que estariam presentes na abertura da 12ª Jornada Nacional de Literatura. O romancista aguardava pacientemente o anúncio do vencedor do 5º Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura ao melhor romance publicado em língua portuguesa nos últimos dois anos.

O prêmio foi entregue pelo livro *O Outro Pé da Sereia* e lhe rendeu um cheque de 100 mil reais. Visivelmente intimidado com o tamanho do público, confessou ter pensado em ficar em casa se dedicando aos seus estudos em biologia ao invés de comparecer ao evento. "Sou recatado", disse o escritor, arrancando risos e gritos da platéia composta em sua grande maioria por mulheres. Demonstrou imenso respeito e admiração pela literatura brasileira citando alguns autores que compuseram sua influência literária, como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond e Clarice Lispector. "Sinto-me estranho porque o Brasil já me deu mais do que eu mereceria receber. Os meus grandes mestres e mentores vieram deste país. Pensando bem eu é quem deveria trazer um prêmio de Moçambique e entregar aos brasileiros", diz Couto, acanhado com os seguidos aplausos da platéia.

Nos dias seguintes, Mia estava sempre com a agenda cheia. Ora tinha entrevista com alguma rádio, ora ia à sala de imprensa dar uma coletiva. Apesar do aparente cansaço e da pressa, o simpático escritor nunca declinou a um convite dos jornalistas para uma rápida conversa. "Só dois minutos? Então tudo bem", e se dirigia com um tímido sorriso para mais uma entrevista. Dentre seus inúmeros compromissos ao longo da semana, na manhã de quarta-feira, esteve presente no

6º Seminário Internacional de Pesquisa em *Leitura e Patrimônio Cultural* - um dos eventos paralelos à XII Jornada - com o tema de debates sobre espaços de leitura. Com a fala mansa, fez reflexões acerca da identidade cultural de seu país. "Em Moçambique muitas pessoas vivem no universo da oralidade devido ao alto índice de analfabetismo. A oralidade existe em todos nós e é ela que trago em meus livros", explica gaguejando e sem parar

de coçar sua mão esquerda. Aos poucos sente mais a vontade e começa a contar histórias, hábito que aprendeu com seu pai e sem o qual seria muito pobre e sem perspectivas. Educado, se desculpa por demorar em contá-las.

Ao analisar o seu livro premiado, ele diz que a obra mostra que "a identidade de seu povo não está na África, ela tem que ser construída no seu próprio meio". *O Outro Pé da Sereia* trata de duas nar-

rativas situadas em momentos históricos diferentes. Uma delas se passa em uma Moçambique contemporânea, nos anos seguintes à guerra civil; o outro período é situado na Índia do século XVI. O fio condutor que entrelaça as histórias é uma imagem de Nossa Senhora revelando o caráter religioso do autor, que mistura heranças culturais dos colonizadores europeus com a tradição popular africana em seus livros. No final

do debate, Mia Couto mais uma vez evidenciou preocupação com a situação de Moçambique, principalmente com o analfabetismo. "Num país como o meu é preciso recuperar a voz desses que não tem voz, que não tem escrita, para transformá-la em uma aposta para o futuro. Eu sou branco e pertencço à lógica da escrita, logo, sou minoria em meu país", encerra, apressado para outro de seus compromissos. DR



LOGO APÓS O ANÚNCIO DA PREMIAÇÃO DE SEU ROMANCE, MIA COUTO É ABORDADO POR JORNALISTAS. A CENA SE TORNOU CORRIQUEIRA AO LONGO DA SEMANA

## Patrocínio via LIC é negado à 12ª Jornada de Literatura

Paralelo ao sucesso da 12ª Jornada Nacional de Literatura, um acontecimento inusitado ganhou destaque ao longo da semana - a recusa, por parte do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (CEC-RS), de patrocinar o evento. A decisão tomada no dia 25 de julho recomendou que não fosse concedido o benefício da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), algo em torno de 850 mil reais. Durante a festa de abertura oficial, no dia 27 de agosto, e na solenidade de encerramento, no dia 31, apresentadores e escritores se posicionaram contra a medida, lamentando a carência de apoio a este tipo de iniciativas culturais no país.

Membro e relator do processo no Conselho, o escritor Luiz Paulo Faccioli, recomendou que a Jornada não tivesse acesso à quantia prevista argumentando que a lei prevê que os projetos incenti-

vados pela LIC busquem se autofinanciar, e este não se enquadra neste perfil. Faccioli pergunta se é justo conceder a um evento de mais de 25 anos "a cifra nada modesta de R\$ 1.160.826" - valor pleiteado inicialmente pela Comissão Organizadora.

Segundo o relator, não seria aceitável patrocinar um evento que não prevê um aumento de sua receita. A estimativa para a arrecadação com a venda de ingressos dessa edição da Jornada é de R\$250 mil, valor 21% menor que a receita da edição passada.

O parecer, aprovado por 13 dos 21 conselheiros presentes na assembléia, também questionava o fato de um projeto financiado com 90% de recursos públicos não ser totalmente gratuito. Apenas 200 inscrições, de um total de 4,5 mil, foram oferecidas gratuitamente

para a Secretaria de Estado da Cultura. A mesma porcentagem foi adotada nas edições anteriores que, mesmo assim, receberam o patrocínio via LIC.

A repercussão da negativa de apoio por parte do CEC-RS foi tamanha que durante a Jornadinha algumas crianças vaiaram a apresentação dos colégios da rede estadual de ensino.

Os organizadores da Jornada recorreram judicialmente argumentando que o relator estaria impedido de fazer o parecer por ter desavenças pessoais com a Jornada e com sua coordenadora, Tania Rösing. "Estamos nos organizando, vamos ver que caminhos tomar para garantir a continuidade do evento independentemente de ter lei de incentivo a cultura estadual ou não, porque a nacional nós ganhamos", explica resignada a organizadora Tania.

O impasse foi parar na justiça e, entre uma liminar e outra, a Secretaria de Cultura do Estado, na pessoa de Mônica Leal, optou por exonerar Faccioli de suas funções para "assegurar sintonia entre os conselheiros e os projetos da atual gestão", gerando críticas quanto ao autoritarismo da medida. O fato deflagrou uma crise no Conselho, que divulgou nota à imprensa invocando sua condição de órgão sério e autônomo. Em seguida, outros dois conselheiros, Cláudio Brito e José Henrique Medeiros Pires, pediram afastamento e um novo relator foi indicado para o cargo. Mônica sugeriu à governadora Yeda Crusius o nome de Teresinha Petry Cardona, da Fundação Municipal de Artes de Montenegro (Fundarte).

A polêmica em torno do ex-relator é baseada no precedente ocorrido entra sua mulher, a escritora Cíntia Mosco-

vich, e Tania Rösing na última edição, em 2005. Pouco antes da realização da 11ª edição da Jornada Literária, Cíntia questionou a falta de espaço no evento para autores gaúchos com apoio de Faccioli. No entanto ela alega que não teve qualquer participação no parecer do marido, assegurando que ele não contestou o mérito do evento, apenas os valores pleiteados.

Ao que tudo indica a Governadora Yeda Crusius pretende repensar a decisão do Conselho para a próxima edição como tentativa de amenizar a situação. Por sua vez, Tania é enfática sobre o ocorrido. "Não é uma medida medíocre e hostil de pessoas que não podem admitir que em uma cidade do interior se façam iniciativas criativas e inovadoras repletas de sucessos, que vai interferir no nosso andamento". DR

# Greve só para quem quer greve

Mobilizações das classes não garantem conquistas e perdem seu poder de barganha diante das autoridades

Servidores técnico-administrativos voltaram ao trabalho após 105 dias de paralisação nacional, 11 a mais do que na UFSC. Estudantes que ocupavam a Reitoria acataram decisão judicial e abandonam o prédio sem as reivindicações atendidas. Professores encontram resistência do próprio corpo docente para aderir à greve e não conseguem votar indicativo. Depois de um começo de semestre de incertezas e com o "fantasma" da greve de 2005, que durou quase cinco meses, ainda presente entre a comunidade universitária, as atividades no campus, enfim, retornam à normalidade.

A maior paralisação da história fez com que o calendário acadêmico só fosse normalizado com o final do último semestre ainda em julho, criando em parte da comunidade universitária a sensação de que essa forma de reivindicação, desgastada pelo uso freqüente, tem trazido mais danos do que benefícios para ambas as classes e para o ensino público brasileiro. Apesar do movimento contra as greves - que inclui atitudes que vão desde o desinteresse político até uma petição on-line assinada por mais de 500 pessoas -, novas formas de reivindicação ainda não foram propostas.

A greve nacional dos servidores técnico-administrativos teve início em 28 de maio e quase não afetou as atividades acadêmicas em larga escala - exceções feitas à Biblioteca e ao Restaurante Universitário - no final do primeiro semestre e início deste. Mesmo as barricadas nas três entradas da Universidade no primeiro dia letivo de agosto não surtiram o efeito desejado de impedir a volta às aulas. Pelo contrário. A confusão e o transtorno causados pela ação fizeram com que parte da comunidade universitária se voltasse contra o movimento grevista, que até então pouco alterava a rotina no campus. Nem a estratégia de impedir que setores essenciais da Universidade funcionassem, como o Departamento Administrativo Escolar (DAE) e o Núcleo de Processamento de Dados (NPD), deu certo. Os servidores



ESTUDANTES FESTEJAM MINUTOS ANTES DE DESOCUPAREM O PRÉDIO DA REITORIA. APESAR DA COMEMORAÇÃO AS REINVIDICAÇÕES NÃO FORAM ATENDIDAS

que não aderiram à greve continuaram suas atividades em outros locais da UFSC e o funcionamento desses setores da Universidade não foi afetado, mesmo com sua estrutura física sitiada.

Uma carta assinada por dois professores do departamento de Matemática - Ivan Pontual Costa e Silva e Marcelo Carvalho - intitulada "Não à greve e por uma nova forma de reivindicação", resultou em uma petição on-line que, até a manhã do dia da reunião, 23 de agosto, já havia conseguido mais de 300 assinaturas entre professores, servidores e estudantes da UFSC. A carta foi lida em voz alta por Carvalho durante a assembleia e dividiu os professores presentes. Os que eram a favor do indicativo protestaram, enquanto quem era contrário aplaudiu timidamente. Alguns pediram o endereço eletrônico para assiná-la, pois ainda não sabiam da existência da carta. Até o fechamento desta edição do ZERO, a petição possuía 512 assinaturas.

Cerca de 100 estudantes (pouco mais de 0,5% de um total de 19.045 matriculados na Universidade), insatisfeitos com a situação que alegavam ser precárias, se reuniram

com o Reitor Lúcio José Botelho na Reitoria no dia 22 de agosto. Entregaram uma pauta com 16 reivindicações e o convidaram a se retirar do seu local de trabalho, ocupando o prédio. Embora os estudantes não tivessem nenhum respaldo institucional, seja do DCE - inativo, sem eleições convocadas desde o semestre passado - ou do CEB (Conselho de Entidades de Base, que reúne membros do DCE e dos Centros Acadêmicos da UFSC), eles reivindicavam uma série de melhorias para a Universidade. Entre os pontos de pauta estavam: a contratação imediata de professores efetivos com DE (Dedicação Exclusiva); a ampliação da Moradia Estudantil, que possui, atualmente, apenas 152 vagas para um total de mais de 19 mil alunos matriculados segundo o relatório de gestão de 2006 - para 10% do total dos alunos e mais verbas para a aquisição de livros na Biblioteca Universitária (BU).

Ao mesmo tempo, a pauta de reivindicações dos alunos incluía pontos polêmicos como o "posicionamento contrário à entrada da PM no Campus Universitário" e "arquivamento dos processos administrativos e criminais relacionados

aos estudantes que participaram da greve de 2005". Nesse ambiente de convulsão universitária, os professores reuniram-se em assembleia da Apufsc (Associação dos Professores da UFSC) no dia seguinte para deliberar sobre o indicativo de greve do sindicato nacional da categoria (ANDES-SN). Foi o começo da reviravolta. Por 54 votos a 43, os docentes decidiram que novas formas de votar o indicativo seriam discutidas para que um maior número de professores participe. Portanto, pelo menos no curto prazo, não há sinal de união e mobilização da categoria.

No último dia de agosto, os estudantes amotinados acataram a decisão judicial de reintegração de posse e, por terem recusado proposta de dez pontos feita pelo Reitor quatro dias antes em reunião na Biblioteca Universitária, abandonaram a Reitoria após nove dias sem que nenhuma de suas reivindicações fossem atendidas. Na quinta-feira seguinte, o Sintufsc (Sindicato dos Trabalhadores da UFSC) acatou decisão da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), que havia designado o voto das bases para

o indicativo do fim da greve após aceitar proposta do Governo. Em assembleia, os servidores decidiram retornar às atividades na segunda-feira 10 de setembro, após o feriado nacional.

Em comum, estudantes, servidores e professores lutam pelo velho bordão da "Universidade pública, gratuita e de qualidade". Mas será que essa defesa implica, necessariamente, em greves, ocupações e manifestações? A imposição unilateral de uma centena de estudantes sem respaldo institucional formal representa o posicionamento da maioria? Será que a greve continua sendo, realmente, uma forma eficaz de reivindicação - levando-se em conta todos seus prós e contras? E caso não seja, porque até hoje ninguém conseguiu propor uma forma mais eficaz? Mais que respostas prontas, o que o ZERO deseja é lançar a dúvida. Para que os leitores possam se inteirar, refletir e discutir o assunto que é crucial para o rumo da Instituição. No final do ano haverá eleição para decidir quem vai administrar a Universidade nos próximos quatro anos. Qual a sua posição?

Por Lucas Sampaio



SERVIDORES EM GREVE FECHARAM ENTRADA PRINCIPAL DO CAMPUS DURANTE UM MÊS

## Paralisação dos servidores termina na UFSC após quase cem dias de impasse

A greve dos servidores técnico-administrativos da UFSC foi encerrada no dia 6 de setembro, após 94 dias de paralisação. Em assembleia-geral, os trabalhadores decidiram retomar as atividades no dia 10 de setembro, depois de acatar os termos de acordo ajustado em Brasília entre a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e o Ministério do Planejamento. Setores importantes da universidade, como a biblioteca e o restaurante, foram reabertos.

A principal reivindicação atendida foi a relacionada ao plano de saúde dos servidores. Serão encaminhados R\$ 280 milhões, a partir de novembro deste ano, para o auxílio de saúde dos técnico-administrativos em

educação, ativos, aposentados e pensionistas. A greve teve como resultado também propostas de alterações das tabelas salariais e concessão de novo prazo para adesão à Carreira, para atender os técnico-administrativos que não optaram no prazo estipulado por lei por desconhecer o assunto.

Os servidores se mostraram descontentes com o fato de o termo de acordo ser um documento sem legitimidade jurídica e oficial, ou seja, sem a força de um projeto de lei ou emenda constitucional. Sendo assim, há possibilidade de a proposta não ser cumprida pelo governo, como já ocorreu anteriormente. José de Assis Filho, um dos três coordenadores-gerais do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) adverte

que haverá outra greve caso o acordo atual não seja cumprido.

Na avaliação de Assis, a greve foi positiva por mostrar a resistência da classe. Das 48 instituições federais filiadas à Federação, apenas duas não aderiram à última greve. Por outro lado, grande parte dos técnico-administrativos da UFSC trabalhou normalmente durante a paralisação. O coordenador do Sintufsc acusa esses colegas de serem os culpados pelo pouco que foi conquistado nas últimas greves - os servidores observaram, durante a assembleia, que nem 50% das reivindicações feitas nas greves de 2003, 2005 e 2007 foram atendidas. "Os que não lutam é que são culpados, o erro não é dos grevistas", argumenta.

Por Rafaela Biff Cêra

# Falta de contratações agrava crise do HU

Depois da reforma no Hospital, novos leitos e equipamentos não são utilizados devido ao baixo número de profissionais

A Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital Universitário (HU) da UFSC passou por uma reforma em agosto desse ano, orçada em R\$ 1,5 milhão de reais, mas seus 20 leitos não estão funcionando. São inúmeros os equipamentos encaixotados e corredores vazios. Uma das unidades de internação está fechada há 15 anos e acabou virando depósito. O setor de transplantes opera precariamente e uma das três clínicas cirúrgicas possui 23 leitos desativados. Já a nova emergência, inaugurada em 30 de julho, abriu somente 7 dos seus treze novos leitos e corre o risco de fechar pela demissão de médicos, insatisfeitos com o salário atual. O piso salarial da classe médica, de acordo com o Sindicato dos Médicos de SC, é de R\$ 3,481, mas o salário desses profissionais da emergência é de cerca de R\$ 1,3 mil. Esses problemas são causados pela falta de funcionários no HU Polydoro Ernani de São Thiago. O quadro profissional do hospital é composto por 1.267 servidores, mas o diretor do hospital, Carlos Alberto Justo da Silva, diz que seria preciso mais 450 para suprir a defasagem.

De acordo com o diretor a origem do problema está no fato de o Ministério da Educação (MEC) não autorizar novos concursos. A alternativa do diretor é solicitar a contratação de pessoal por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). Essa opção, no entanto, está proibida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) devido às recentes denúncias de irregularidades nas contratações de pessoal pela FAPEU. O TCU alega que as 155 admissões feitas pela fundação são ilegais devido ao caráter não-temporário do procedimento. Para o diretor do HU "o atual modelo autárquico das universidades vem dificultando o processo de gestão de seus hospitais, que têm problemas sérios e imediatos para resolver".

A situação precária do HU de Florianópolis é mais um exemplo da crise que acomete a rede pública hospitalar do país. Como alternativa, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defende a adoção de um novo modelo de gestão que diminua a rigidez do modo de administração pública atual, a autarquia. A proposta feita pelos Ministérios da Saúde e Educação se assemelha ao modelo de gestão privado. O Projeto de Lei complementar (PLP) foi enviado pelo Ministério do Planejamento (MP) no dia 13 de julho ao Congresso Nacional. O PLP regulamenta as áreas de atuação das chamadas fundações estatais. A área da saúde incluiria os Hospitais Universitários, que por meio de uma lei específica posterior (lei autorizativa), poderiam ser transformados em Fundações Estatais de Direito Privado.

## Modelo gera controvérsia

Uma das principais reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) na última greve foi a manutenção do HU como o único hospital 100% SUS de Santa Catarina. Os sindicatos resistem à proposta do governo federal porque, segundo eles, a adoção do modelo significa uma ameaça de privatização. "O governo parte para o enfraquecimento do SUS e terceiriza a mão-de-obra e o nível de gestão", justifica um dos coordenadores-gerais do sindicato, Marco Antonio Borges. De acordo com o professor de Direito administrativo da UFSC, Luis Carlos Cancellier, o que o governo pretende regulamentar é uma entidade pública sem fins lucrativos, subordinada ao Está-



ÁREAS CONSTRUÍDAS PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ESTÃO DESATIVADAS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

do, só que com normas de direito privado. "Não dá para concluir pelo simples fato de que elas vão ser regidas por tais normas que significa a privatização do serviço de saúde. Pela própria terminologia, fundação estatal é um ente da administração pública indireta", explica. [ver quadro]

Entre as principais mudanças propostas por esse modelo, estão a autonomia orçamentária, a adoção do regime trabalhista pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o financiamento via contrato de gestão e a personalidade jurídica segundo normas de direito privado. Cancellier explica que o novo modelo se caracteriza pela mistura de regras de direito privado com regras de direito público.

Movimentos contrários ao projeto, entre eles o Conselho Nacional de Saúde (CNS), questionam a falta de esclarecimentos sobre questões fundamentais, como a fonte dos financiamentos, a manutenção do vínculo dos HU's com o MEC e com as universidades e a exclusividade de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa maneira, até a aprovação do projeto no Congresso, uma série de emendas substitutivas poderão ser incorporadas ao PLP original, que tramita em regime de urgência. Caso o PLP seja aprovado, o CNS pretende entrar com uma ação de inconstitucionalidade, visto que o governo federal enviou o projeto ao Congresso sem a manifestação favorável do conselho.

O deputado Pepe Vargas (PT-RS) incluiu, em sua emenda substitutiva, propostas que buscam preencher algumas brechas do projeto original, como a manutenção do atendimento unicamente pelo SUS: "A fundação estatal que tiver por finalidade a prestação de serviços públicos de caráter universal não poderá prestar serviços ao setor privado, nem realizar cobranças diretas ou indiretas aos usuários", parágrafo 1º do artigo 4º. O coordenador-geral do Sintufsc e o reitor da UFSC Lúcio Botelho preocupam-se com a indefinição da procedência dos recursos, situação que, segundo eles, pode dar margem a posteriores atendimentos privados, ou seja, a existência de duas portas de entrada nos hospitais – a privada e a pública.

O artigo 2º do parágrafo 1º do substitutivo estabelece a garantia das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU's, embora não mencione como se dará a manutenção do vínculo

com o MEC. Atualmente, os recursos para pagamento do quadro de funcionários dos hospitais universitários, de cerca de 1,4 bilhão de reais por ano, vêm do MEC.

## Recursos

Com relação ao financiamento, o substitutivo regulamenta que a fundação terá patrimônio e receitas próprias, mas não especifica a fonte dos recursos. Essa indefinição preocupa o diretor do HU, porque a atual gestão esbarra na limitação de recursos para custeio e manutenção do hospital. Justo da Silva salienta que não é contra a proposta, "desde que ela obedeça aquilo que é a missão do HU e garanta a questão do financiamento, mas, adianta acabar com a rigidez da gestão sem financiamento, sem recursos novos?". "O meu grande medo na questão do financiamento é que em vez de as instituições crescerem, elas se reduzam e morram por inanição (sic)". O reitor da UFSC, Lúcio Botelho, tem a mesma opinião: "Há problemas de gestão, sim, mas o problema básico é de não ter dinheiro. Não adianta mudar o regime jurídico se não houver mais dinheiro. Seja fundação ou o modelo como está, se não puser dinheiro novo, nada vai resolver. Se for para colocar mais dinheiro eu defendo que fique como está". Apesar dessa opinião, Botelho critica as atuais negociações de serviço público: "Esse é um modelo de Estado desintegrado – o MEC faz uma política de um jeito, o MS outra e o do Planejamento outra".

Segundo o diretor de administração do HU, Nélio Francisco Schmitt, um contrato assinado entre a Secretaria de Estado da Saúde/SC e a universidade define o repasse mensal de pouco mais de 1,755 milhão de reais. Esse recurso vem do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (MS). O MEC, através do Programa Interministerial de Reforço e Manutenção dos HU's, repassou no ano de 2007, 1,131 milhão de reais. Todo o recurso proveniente do poder público que é repassado para o HU, passa pelo Departamento de Gestão Orçamentária da Pró-reitoria de Administração, Orçamento e Finanças.

A insuficiência de recursos relaciona-se ao debate no Congresso sobre a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Esse arrecadamento é a prin-

cipal fonte do MS há 10 anos e representa cerca de 40% da pasta. Em 2006, o governo arrecadou R\$ 32 bilhões com a contribuição. Desse total, 42,1% foram alocados para a saúde. O montante estimado para este ano é de R\$ 36 bilhões.

O projeto de fundação estatal prevê ainda que o repasse de recursos provenientes do MS seja condicionado à fixação de metas de desempenho. Essa medida, no entanto, já é adotada no atual sistema, com o contrato chamado Plano Operativo Anual, pactuado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a universidade. O acordo estabelece metas de qualidade e prazos na execução de procedimentos como partos, cirurgias e consultas. Dessa maneira, explica o diretor do HU, o custeio do hospital é mantido pelo MS mediante a quantidade de atendimentos e serviços realizados pelo SUS.

## Regime trabalhista diferenciado

O novo modelo visa ainda flexibilizar a contratação de novos servidores para a saúde, adotando o regime de trabalho celetista. Esse regime, no entanto, regulamenta somente os princípios de execução do trabalho, visto que a admissão continuará acontecendo através de concurso público. Nesse sentido, o reitor considera que a mudança se refere à possibilidade de discussão salarial. Ele afirma que a autonomia de contratação é uma falsa ideia, por que a abertura de processo seletivo continua dependendo do ministério. Por meio dessa legislação os novos trabalhadores serão empregados, diferentemente dos antigos servidores, que podem optar por mudar seu regime de trabalho ou continuar como estatutários. O reitor acrescenta que a diferença de relação empregatícia criada com a adoção das fundações pode gerar disparidade de salários entre celetistas e estatutários, o que poderia ocasionar problemas internos. Botelho argumenta ainda que, mesmo sendo celetista, a questão da estabilidade no emprego não muda, "já que o processo de demissão deve obedecer aos ritos públicos".

Na visão do Sintufsc o projeto desestrutura o nível de organização dos trabalhadores do movimento sindical. Para o coordenador do sindicato a fundação é uma ferramenta do governo para responsabilizar os servidores pela ineficiência da máquina pública: "A lógica da fundação estatal vem acompanhada do sentimento do MEC em fazer a desvinculação da folha de pagamentos do HU pela reforma universitária".

Em relação às insinuações de privatização dos serviços prestados pelo HU à comunidade, o professor Cancellier esclarece: "O atendimento continua público, o que muda é a forma de gestão, a autonomia da entidade de poder alocar o dinheiro, de poder contratar pessoal. Isso tudo, do ponto de vista da lei. Se depois o governo não celebrar o contrato, não repassar dinheiro e isso se demonstrar uma grande sacanagem, não era o que estava previsto".

Por Ana Paula Flores e Elaine Manini

## Explicativo Hospital Universitário

**Gestão:** Os hospitais universitários estão atualmente vinculados à estrutura administrativa de suas universidades, que funcionam sob um modelo autárquico de administração indireta, dotado de autonomia administrativa e financeira. Cada universidade possui um Conselho, ao qual os órgãos estão submetidos. O atual modelo está sujeito a normas de direito público. A crítica ao modelo vigente é a falta de agilidade de gestão dos hospitais. A fundação estatal visa dar mais autonomia de gestão para a equipe dirigente dos serviços. As fundações estatais de direito privado (FEDP), se submetem a uma mistura de normas de direito público e privado.

**Processo licitatório:** tanto no modelo atual quanto na nova proposta a compra de bens ou serviços se dá pela Lei de Licitação – 8.666

**Regime de trabalho:** nas autarquias o regime de emprego é estatutário (Lei 8.112), já nas FEDP a execução do trabalho é regida pela CLT. A admissão, em ambos os casos, se dá por meio de concurso público. Cada fundação estatal poderá ter sua própria política salarial e de carreira.

**Orçamento:** Atualmente o orçamento é repassado para os HU's mediante um contrato de gestão chamado Plano Operativo. Os recursos são transferidos total ou parcialmente de acordo com as metas de qualidade pré-estabelecidas atingidas pelo hospital. As fundações estatais prevêem a existência de termos de compromisso (Contrato de Autonomia) entre os gestores e os serviços de saúde executados pela fundação.

**Atendimento:** O HU de Santa Catarina atende exclusivamente cidadãos usuários do SUS. O PLP do governo federal não especifica esse caráter de atendimento universal, mas uma emenda substitutiva foi anexada e incluiu essa obrigatoriedade.

# Faltam docentes nas universidades federais

Contratação de novos professores não acompanha o crescimento do número de alunos a cada semestre

Enquanto estudantes ocupavam a reitoria da UFSC reivindicando, entre outras questões, a contratação de mais professores efetivos, um projeto de lei propondo a admissão de 2,3 mil docentes estava para ser aprovado no Congresso Nacional. O projeto, no entanto, somente autorizava a contratação para as novas universidades criadas pelo governo federal a partir de 2005.

A análise dos números do ensino superior dos últimos dez anos revela tendências que podem explicar essa incoerência. Cruzamentos de dados do Ministério da Educação (MEC), feito pelo Zero (ver gráficos), mostram que o número de professores nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem aumentado, mas não no mesmo ritmo do aumento do número de alunos e da lacuna de vagas de docentes.

De 1995 a 2005, o número de alunos cresceu cerca de 36,6%, enquanto o número de professores aumentou 16,6% no mesmo período. Com isso, a relação anual de alunos por professor, que em 1996 era de 7,9, em 2005 chegou a 11,1. E os dados não se referem aos estudantes de pós-graduação, que também aumentaram e exigiram que professores efetivos despendessem ainda mais tempo.

Além de não contratar no ritmo que a expansão necessitava, o governo federal também não conseguiu repor as vagas abertas por aposentadoria e exclusões entre 1995 e 2005. O déficit de reposição chegou a 4.097 professores em 2003 e em 2005 diminuiu para 2.602. Esse número representa quantos professores precisariam ser contratados para compensar a quantidade de professores que se aposentaram, se demitiram ou foram exonerados somente nos últimos dez anos.

No entanto, o déficit de contratações pode diminuir se o censo da Educação de 2006, que ainda não foi concluído, confirmar o número de professores admitidos. Só no ano passado, segundo estimativa extra-oficial do MEC, teriam sido quase 4,6 mil novos professores, suprimindo o déficit acumulado desde 1995.

Outra evidência observada a partir dos dados do MEC é que com a expansão do número de alunos, a continuidade do ensino só foi possível através da utilização da mão-de-obra de professores substitutos. O número absoluto desses profissionais - utilizados para suprir o déficit de efetivos - cresceu desde 1996, com acentuada expansão no mandato do presidente Lula: enquanto o número de efetivos praticamente não se alterou, a quantidade de substitutos aumentou 41,53%. Com isso, os trabalhadores temporários representam hoje 18,3% do total, enquanto durante o governo Fernando Henrique esse percentual não ultrapassou os 15,2%.

A falta de professores efetivos preocupa o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior). Interessado em defender a categoria e a qualidade das Universidades, o Sindicato incluiu como item de reivindicações a abertura de novos cargos para sustentar o processo de expansão das IFES, bem como a limitação da contratação de substitutos e a remuneração semelhante a dos efetivos.

Uma das raízes do problema, na opinião do presidente do Andes, Paulo Rizzo, seria a mudança no sistema de contratação de professores - que desde 1995 é realizada somente após a liberação do MEC. Até então as federais tinham autonomia para repor cargos vagos.

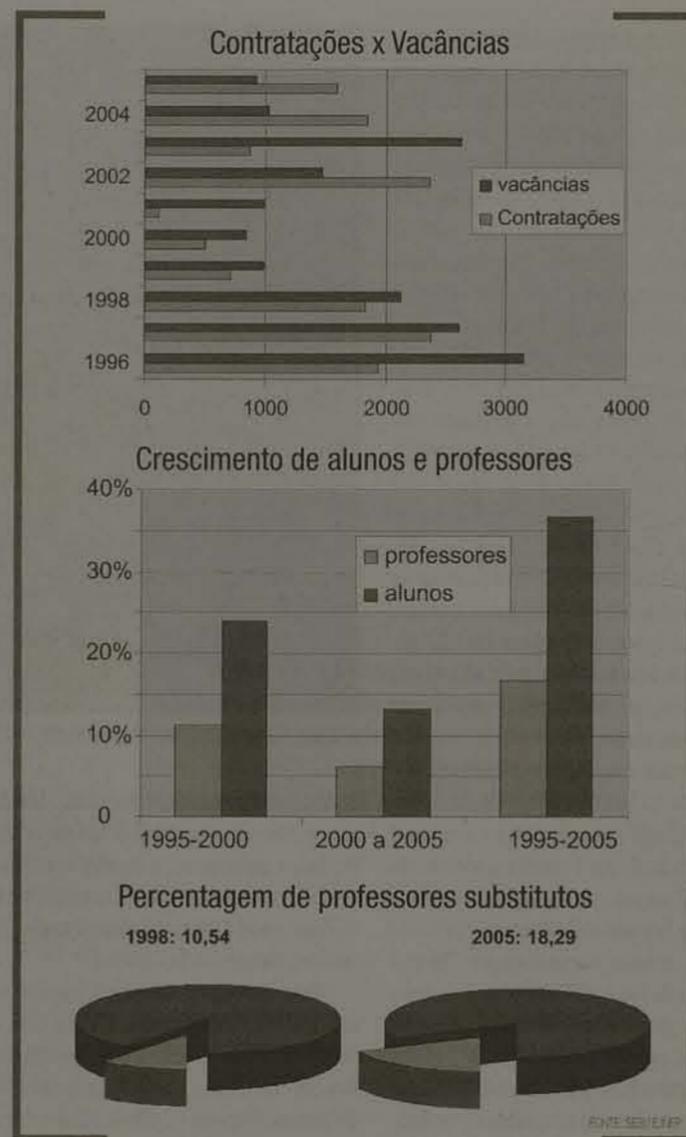
"Com isso, o ritmo de reposição foi ficando menor. E o substituto, que era para ser uma figura provisória [até a contratação de um efetivo], passou a ser uma figura permanente", avalia.

Para o Andes, o aumento do número de substitutos significa uma "precarização do trabalho docente e do ensino", como define Rizzo. Além de receberem remuneração em média 73,23% menor que um efetivo e não possuírem direitos trabalhistas, os docentes contratados em caráter temporário não exercem atividades administrativas, de pesquisa ou extensão. Além disso, só podem atuar por até dois anos, ocasionando a quebra da continuidade das atividades. O resultado, segundo Rizzo, é a sobrecarga dos demais professores e prejuízo para os alunos.

Os futuros projetos para educação do governo preocupam o Andes. Entre eles, o Reuni - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - que pretende duplicar o número de matrícula nas IFES e aumentar para 18 o número de alunos por professor. As Universidades que atingirem as metas do Programa receberiam em troca aumento de até 20% no orçamento ao final de cinco anos. Entretanto, o Sindicato considera este valor insuficiente comparado às metas.

O Andes também tem ressalvas quanto ao programa de professor-equivalente, que institui um número de professores substitutos que podem ser contratados de acordo com o número de docentes existente em cada Universidade. Como as instituições poderão optar apenas por professores substitutos, o sindicato nacional dos docentes teme prejuízo ao tripé de pesquisa-extensão-ensino.

Por Diogo Honorato



## Estudantes ocupam Reitoria e pedem melhoras estruturais



A OCUPAÇÃO DOS ESTUDANTES IMPOSSIBILITOU O TRABALHO NA REITORIA POR 10 DIAS

Em uma ação que causou polêmica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cerca de 150 estudantes ocuparam a reitoria entre os dias 22 e 31 de agosto, reivindicando melhorias no ensino público e se posicionando contra a conduta do Governo Federal no setor educacional. Os estudantes deixaram a reitoria após acatarem uma ordem de reintegração de posse, embora não haja sinais claros de que as suas exigências serão atendidas pela administração da UFSC.

Não foi apenas a ocupação que gerou controvérsia na comunidade universitária. Uma comissão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do Via Campesina perme-

neceu na Universidade entre os dias 29 e 31 de agosto e foi embora pouco antes dos estudantes deixarem a reitoria. A presença de movimentos sociais no campus foi vista com desconfiança por quem não estava diretamente envolvido. "O que afinal eles têm a ver com tudo isso?" - foi a pergunta que a bandeira do MST provocou em muita gente. Mas, para os ocupantes, todos estavam no mesmo barco.

Bancos, cones e pneus compõem uma barricada formada pelos ocupantes em frente ao prédio. A comissão de segurança dos estudantes tem o trabalho relativamente fácil de identificar jornalistas e pessoas mal-intencionadas com relação à empreitada, categoricamente proibidos

de entrar no local.

A reitoria se tornou símbolo da intransigência que permeia encontros e negociações entre estudantes e a figura, mistificada pelo humor e o sarcasmo, de Lúcio Botelho. Reitor e reitoria representam o pragmatismo burocrático que se interpõe aos objetivos dos manifestantes: uma pauta com 16 itens, contemplando desde a abertura de concurso público para professores efetivos até o arquivamento dos processos relacionados aos estudantes envolvidos na greve de 2005. Ainda assim a ocupação não foi incontroversa, mesmo para os entusiastas, e nem premeditada com muita antecedência.

Em tom de justificativa, uma integrante da comissão de comunicação enumera ao menos cinco encontros frustrados em que os pedidos de melhoria na estrutura da Universidade esbararam na carapuça do linguajar técnico: "não está previsto no orçamento", "não temos autonomia para investir nesta obra", "isso é decisão do MEC", e demais variantes.

As paredes envidraçadas do saguão da Reitoria estão completamente revestidas por cartazes beges, que suportam frases de impacto (do óbvio "Reitoria ocupada" ao explicativo "A UNE não nos representa"), garantindo uma certa privacidade. Barracas de camping e colchões margeiam o centro do saguão, que permanece desobstruído, pois é nele que acontecem as assembleias diárias. Cartazes dentro do hall reclamam da falta de professores ou ironizam o dia-a-dia da

Universidade, como o bem-humorado "saque-indisponível" afixado no caixa eletrônico do Banco do Brasil. Ouve-se música e quatro violões rotativos estão à disposição de qualquer um. Após dois dias pemoitando no local, são raros os rostos desconhecidos.

Tudo passa pelo crivo do coletivo: a organização das comissões (de alimentação, segurança, comunicação, negociação...), a decisão de não ocupar outros ambientes que não o hall e o auditório, a leitura das moções de apoio. Às vezes, nas assembleias, as discussões iniciais em torno dos procedimentos, tempo de fala e inscrições se arrastam por minutos demorados, e em algum



ACAMPAMENTO DOS MILITANTES DO MST

lugar se ouve: "se aproveitassem esse tempo para ir direto ao ponto, já teria terminado...". E outras vezes, o palavreado em torno de questões difíceis, como os rumos da ocupação e a avaliação das possibilidades técnicas de reivindicar aumento nas bolsas, é interrompido pelo riso contido, quando alguém conscientemente propõe um absurdo ou chama a atenção para a falta de zelo na organização dos objetos pessoais, largados pelo ambiente.

Na sexta-feira, dia 31 de agosto, um oficial da justiça entregou aos ocupantes um mandato de reintegração de posse. Após uma rápida discussão, com a participação decisiva do advogado dos estudantes - que dissuadiu qualquer possibilidade de continuidade do ato alertando para o uso da força policial - os estudantes começaram a arrumar seus pertences num frenesi incrível.

Entre expressões tensas (o cigarro, antes proibido, agora enfumaçava todo o ambiente), abraços, risos de comoção e expressões de entusiasmo pelo sucesso parcial da ocupação, permeava uma pergunta: e agora? Uma carta em que defendiam a legitimidade de sua ação foi rapidamente redigida e lida pelos estudantes. Todos saíram juntos, bradando "O reitor, seu repressor, não queremos polícia, queremos professor" para as câmeras de imprensa presentes na entrada. No rosto, uma expressão de orgulho por carregar uma responsabilidade política gigante, extremamente verdadeira e real para quem participa do movimento.

Por Manfred Mattos

# Quem precisa de um DCE?

Sem representação discente, qualquer postura se intitula de movimento estudantil

Quando 150 alunos invadem a reitoria, surge, como efeito imediato, a especulação acerca da legitimidade — ou arbitrariedade — da ação. A invasão, mesmo sem nenhum porta-voz oficial e certamente sem representar a totalidade dos estudantes, levou visibilidade a um grupo de alunos que fazem reivindicações, mesmo que apenas em nome deles. Atualmente, os alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não possuem ao menos uma representação oficial. Sem uma chapa eleita que possa ser tida como legítima, toda ação pode ser considerada como parte do movimento estudantil e não há uma autoridade discente que a desminta.

Os alunos que já estavam na UFSC no começo de 2005 puderam frequentá-la enquanto ainda havia uma chapa eleita ocupando o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Tiveram, portanto, a oportunidade de se perguntar, posteriormente, quando os acadêmicos passaram um ano sem representação oficial, qual era a diferença entre ter ou não um DCE — além da confecção de carteirinhas e pastas.

Na época, os estudantes ficaram sem representantes devido ao atraso da gestão *Lutar quando a regra é vender* em iniciar o processo eleitoral. Logo antes de terminar o mandato, o regimento eleitoral e o calendário da disputa estavam sendo definidos nas reuniões do Conselho das Entidades de Base (CEB), onde deveria se dar a comunicação entre o DCE e os Centros Acadêmicos (CAs). A lentidão para tomar decisões apertou o calendário e a greve inviabilizou a eleição. No início da paralisação de 2005, uma votação do CEB concluiu que não era correto conduzir as votações com um número considerável de alunos ausentes. Depois da greve, em Fevereiro de 2006, ficou decidido que a nova comissão eleitoral seria formada em maio, no semestre letivo seguinte, para contar com a presença dos alunos cujos cursos não haviam entrado em greve. A nova comissão só tomou a frente do processo eleitoral na metade do ano, quando todos os alunos estavam frequentando o campus.

Apesar das discordâncias e brigas entre os membros do CEB, envolvendo desde o tempo para campanha até o direito de voto dos alunos secundaristas — este segundo assunto incluiu um episódio em que uma ata desapareceu e a mesma votação foi realizada antes e depois da greve, apresentando resultados diferentes — houve, em 2005 e em 2006, boa vontade por parte de todos os presentes para a realização das eleições.

Nessa ocasião, a chapa 2 ou *Mude* (Movimento UFSC Democrática) foi escolhida com 52,62% dos votos válidos, contra 42,81% da chapa 1. O balanço financeiro da gestão passada foi apresentado apenas depois das eleições. Os acadêmicos que constituíram a chapa vencedora — que sempre teve nomes longos e semelhantes a vinhetas de protestos, como "Lutar quando a regra é vender", quando era a situação; "Estudantes na rua, a luta continua", no início da greve de 2005; e "Nossos Direitos Só a Luta faz Valer", quando foi derrotada — passaram para a oposição e suas aparições em polémicas da universidade começaram a ser vistas como um movimento estudantil não legítimo.

Não é fácil definir o que faz com que uma movimentação estudantil seja ou não legítima. Até o fim do último semestre, em julho, a gestão *Mude* gozou desse status por ter ganhado as eleições com maioria dos votos, embora apenas 18,06% dos matriculados na Universidade tenham participado do processo — pouco mais de cinco mil estudantes num universo de 29.865 matriculados, onde 19.045 são de graduação. A maioria dos estudantes, em dois dias inteiros de eleições, sequer votou, mas mesmo se a porcentagem fosse ainda menor, a chapa eleita poderia ostentar a condição de legítima — uma reunião do CEB extinguiu o quorum mínimo e qualquer número de votantes, por menor que fosse, poderia consolidar o resultado.

Em junho deste ano, a gestão *Mude* — que não cumpriu todas suas promessas de campanha, como a discussão que pretendia fazer sobre a Reforma Universitária — convocou o processo eleitoral e a pauta das reuniões do CEB passou a ser se haveria ou não eleições no fim do semestre. A partir dessa ocasião, as decisões começaram a ser tomadas de uma forma demorada até mesmo para os padrões do Conselho e o limite de tempo passou a ser atingido antes que qualquer pauta tivesse sido decidida. Foram necessários dois encontros semanais — os CEBs estavam acontecendo todas as terças-feiras devido à pressa — só para decidir se haveria eleições. Representantes dos CAs presentes, com um voto de diferença, optaram por, no linguajar dos mais empolgados, "deflagrar o processo eleitoral". O grupo que tomou essa decisão argumentava que o DCE exige eleições anuais, que o clima eleitoral poderia fomentar a discussão sobre a greve ou outro tema emergente e que uma chapa eleita seria o melhor instrumento para mobilizar os alunos em torno



VICE-PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS, EUGÊNIO GONÇALVES, EM FRENTE À REITORIA OCUPADA

dessas questões. Derrotada por um único voto, a oposição defendia que as temáticas da greve e do perigo da privatização do HU deveriam ser prioritárias e que as eleições poderiam alienar os estudantes dessa conjuntura. Reforçavam os argumentos falando que a paralisação dos servidores já tinha inviabilizado as aulas em alguns centros da Universidade e que nem todos estariam presentes para votar. A informação era equivocada, uma vez que a greve dos servidores não interrompeu nenhum curso no semestre passado.

Mas discussões do CEB acerca do regimento e calendário das eleições atrasaram tanto que até os que queriam a votação passaram a acreditar que não havia mais tempo para a campanha naquele semestre. Os aliados à gestão *Mude* acusavam seus opositores de retardarem as reuniões de propósito e os iam quando eles interrompiam o indicativo de votação através da proposição de "questões de ordem". Estes, ao contrário de como pensavam nas eleições passadas, não faziam mais questão de ter uma chapa eleita para mobilizar o movimento estudantil, como ficou evidenciado quando passaram a julgar que eleger um DCE era, não só desnecessário, mas constituía um impasse para as questões que julgavam dignas de atenção.

O mesmo grupo já vinha sendo acusado de atrasar as votações para que os alunos de posições contrárias tivessem que deixar a reunião em função das aulas. Estudantes do Centro Tecnológico (CTC) — vários deles simpatizantes da *Mude* — reclamavam que seus professores,

muito rigorosos com atrasos, impunham uma escolha entre a presença em aula ou a votação do CEB. Por causa de tais reclamações foi estabelecido um horário limite para os encontros. Os alunos da oposição, por sua vez, acusavam seus colegas de não darem a devida atenção aos temas que eles levantavam nas reuniões, aos seus informes e a uma discussão democrática, por mais demorada que fosse.

Além das corriqueiras brigas que caracterizavam a reunião, as intervenções dos alunos no Conselho das Entidades de Base passaram a incluir desaforos, que classificavam aqueles momentos como os mais frustrantes que passaram como universitários. Outro tipo de manifestação inusitada foi a de um grupo mais cético que uma vez conseguiu puxar uma Ola — como uma torcida de futebol — em plena reunião.

Atualmente, o grupo do DCE de 2005 não se sente mais no dever de disputar o Diretório para poder falar — teoricamente — em nome de todos os estudantes. Fala apenas por si mesmo. Suas atitudes se confundem com qualquer postura a que se possa atribuir o rótulo vago de movimento estudantil, ao passo que não existe alguém eleito para avaliar tais ações. Há pouco, quando a situação da UFSC era de greve iminente e as eleições foram proteladas, os acadêmicos corriam o risco de passar a greve inteira sem um porta-voz oficial. É o cenário perfeito para manifestações arbitrárias. Para alguns alunos, a vantagem não está em ter, mas sim em não ter um Diretório.

Por Paula Reverbel

Blog como ferramenta de comunicação

Foram nove dias de protesto e ocupação da reitoria da UFSC. Reclusos e cautelosos com a repercussão dos acontecimentos na mídia, foram também nove dias em que os manifestantes procuraram fazer pouco contato com a imprensa. Na fachada principal do prédio, além de um cartaz que anunciava "Reitoria ocupada", lia-se, bastante visível, um endereço de Internet: "ocupacaoufsc.livejournal.com".

Segundo os estudantes, a idéia de criar um blog surgiu logo após a divulgação da invasão da reitoria por veículos de imprensa. Insatisfeitos com informações que consideraram errôneas e por vezes caluniosas, os manifestantes decidiram em assembléia que um canal próprio de comunicação seria criado. Assim nasceu o diário virtual da ocupação.

Além de informar a comunidade universitária sobre o processo de ocupação da reitoria sem intermediários, o blog era também uma tentativa de se monitorar a cobertura do acontecimento por outros veículos de imprensa. Nos momentos em que o material divulgado por esses veículos não satisfazia a opinião dos manifestantes, cartas de resposta e erratas eram enviadas às redações. Já sobre o fato de nenhuma destas cartas ter sido publicada, os estudantes não demonstram "nenhuma surpresa". "A resposta então ia para o blog. O blog é a nossa resposta", afirma a estudante Tainá Miranda, uma das responsáveis pela manutenção do site.

A dificuldade da imprensa tradicional de lidar com a estratégia de comunicação escolhida também chamou a atenção dos estudantes. Apesar de anunciarem que não forneceriam outras informações além das que já haviam sido divulgadas no blog da ocupação, o site pareceu ter sido pouco procurado pelos jornalistas. "Tudo era muito desorganizado, sentíamos falta de um líder. Também não sabíamos da existência do blog", afirma André Cia, repórter do jornal A Notícia.

Para os manifestantes, embora o diário fosse a publicação oficial da ocupação, ele era visto com pouca credibilidade pelos profissionais de imprensa. "Não era suficiente sugerir a eles que visitassem o blog. Eles queriam conversar com um de nós até que alguém cometesse um deslize", completa Tainá.

Por André Faust



RAIMUNDO BARBOSA, DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL, CONVERSA COM OS ESTUDANTES

# Who let the dogs out?

Castração é a ferramenta utilizada em Florianópolis para controlar a superpopulação de animais abandonados

Você já reparou na quantidade de animais sem dono nas ruas da sua cidade? Ou já pensou quem seria responsável pelos problemas causados por este abandono?

Peter Singer trouxe a discussão sobre os direitos dos animais à tona em 1975, com o livro *Libertação Animal*. Dentre os temas tratados, o autor recupera o conceito de especismo (um tipo de racismo direcionado contra seres não-humanos), criado pelo psicólogo inglês Richard Ryder cinco anos antes. Mais de três décadas depois, houve algumas mudanças nas políticas públicas com relação aos animais, mas é impossível enfrentar o problema da maneira romântica como os teóricos defendem. Até os animais domésticos acabam sendo deixados nas ruas, aumentando os problemas enfrentados pelas secretarias municipais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que cerca de 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães vivem nas ruas do Brasil. Não dá para saber quan-

tos foram abandonados, mas um dia todos tiveram um dono.

Florianópolis, em 2005, possuía 10 mil cães e gatos nas ruas, o que equivaleria a um animal abandonado para cada 30 habitantes. Nesse contexto, foi criada a Coordenadoria do Bem-Estar Animal, que tem como proposta a castração, e não o recolhimento, dos animais de rua. A coordenadora é também autora do projeto que deu origem à instituição, Maria da Graça Dutra, afirma que é impossível recolher todos os cães e gatos por falta de espaço para abrigá-los. Maria explica que a solução apontada por governos anteriores foi a chamada carrocinha, que se mostrou ineficiente – os números de animais abandonados só aumentaram e, com o acúmulo, os centros de recolhimento acabavam por matar os bichos.

Assim, a proposta é estimular a doação dos cães e gatos que são castrados pela Coordenadoria. Em dois anos, foram 9.372 cirurgias. Quando se chegar a uma situação de controle, o objetivo é criar alternativas, como campanhas de vacinações ou implantações de chips para monitorar os animais de rua. Na castração, devem-se cumprir algumas exigências, como a obrigatoriedade de um responsável pelo animal no período pós-cirúrgico, garantindo alimentação e tratamento com antibióticos e anti-inflamatórios, cedidos pela Bem-Estar Animal. Mas, se o problema é a quantidade de cães e gatos sem dono, quem estaria disposto a se responsabi-

lizar por eles?

Durante os dez minutos de espera para entrevistar Maria da Graça, o telefone da Coordenadoria do Bem-Estar Animal não parou de tocar. Eram pessoas buscando informações sobre as vagas para castração e sobre locais que abriguem animais que sofrem maus-tratos dos seus donos, ou, ainda, os que são atropelados. Quanto ao atendimento veterinário, a coordenadora diz que em caso de denúncia de maus-tratos é dever da Coordenadoria retirar o animal do dono. Em Barreiros, bairro de São José, há um canil com cerca de 40 bichos. A instituição precisa diariamente de pessoas que queiram se cadastrar como voluntários dispostos a cuidar de cães e gatos no pós-cirúrgico da castração.

Para Karla Souza Pinto, uma das diretoras da ONG É o Bicho!, o abandono reflete a irresponsabilidade das pessoas. A organização existe há quatro anos e promove doações de cães e gatos através de feiras e do site [www.eobicho.org](http://www.eobicho.org). Nas feiras, eles realizam, em média, 40 doações e no endereço virtual, criado em 2002, são doados cerca de 1000 animais por ano. Sobre o incentivo à castração feito pela Coordenadoria do Bem-Estar Animal, Karla diz que, em casos de superpopulação de animais abandonados, a Organização Mundial de Saúde recomenda a castração, a doação e a posse responsável. A principal crítica da ONG é sobre a falta de um centro de controle de zoonoses na cidade. No entan-



EM DOIS ANOS, QUASE 10 MIL ANIMAIS FORAM OPERADOS EM FLORIANÓPOLIS

to, existe um projeto da Coordenadoria do Bem-Estar Animal para a construção de um núcleo para Florianópolis, que seria um centro tecnológico com laboratórios de controle ambiental, salas de cirurgias para controle populacional, núcleo pedagógico com auditório e formação de mão-de-obra qualificada na área de zootecnia. Porém, ainda não há previsão para o projeto sair do papel.

Assim, a ineficiência de um órgão municipal e estadual no controle das zoonoses e da reprodução dos animais abandonados junto com a irresponsabilidade de quem se desfaz de um animal de estimação resultam

na quantidade cada vez maior de cães e gatos abandonados nas ruas. A Coordenadoria do Bem-Estar animal é totalmente financiada pela prefeitura, porém muitos procedimentos veterinários não são possíveis de serem feitos devido aos altos custos. Não incentivando o uso das carrocinhas, os institutos de proteção animal acreditam na posse responsável, através de campanhas de conscientização. Mas estimular o lado humanitário das pessoas é apenas uma parte da solução para resolver o problema de saúde pública causado pela superpopulação de animais nas ruas.

Por Fernanda Rebelo e Luíza Ferreira

## Feiras de doação em Florianópolis

- Santo Antônio de Lisboa (Feira das Alfaias)
- Largo da Alfândega
- Trapiche da Beira-Mar Norte
- Lagoa da Conceição

